

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PRÁTICA DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA

CS

**RECONSTITUINDO A HISTÓRIA DO CAMPONÊS EM
CAATINGA DO MOURA**

Monografia apresentada como
requisito à conclusão de Curso
em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Federal da Bahia.

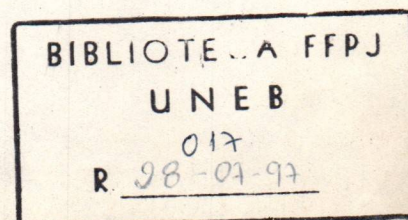
ORIENTADORA : PROF^a. Dr^a. SYLVIA MARIA DOS REIS MAIA

ORIENTANDA : MARIZE SOUZA CARVALHO

SALVADOR - BAHIA

1996

CONSULTA



Doação feita
para a biblioteca
da UNEB - Jacobina
Mafaje 01/06/97

BIBLIOTECA
UNEB
R. Jacobina

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PRÁTICA DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA

RECONSTITUINDO A HISTÓRIA DO CAMPONÊS EM
CAATINGA DO MOURA

BANCA EXAMINADORA :

SYLVIA MARIA DOS REIS MAIA - PROF^a. Dr^a.
ORIENTADORA

ANTONIO CÂMARA - PROF^o. Dr.

EWINEDWIN B. REESINK - PROF^o. Dr.

MARIZE SOUZA CARVALHO
SALVADOR - BAHIA
1996

Para dois tesouros,
Tiana e Luis Pedro

1900-1901
1902-1903

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	7
1.0 - PRIMEIRO CAPÍTULO ASPECTOS GERAIS DA REGIÃO ESTUDADA	
1.1 - O MUNICÍPIO.....	14
1.2 - O DISTRITO.....	18
1.3 - MORADIAS E MORADORES.....	21
2.0 - SEGUNDO CAPÍTULO ASPECTOS HISTÓRICOS	
2.1 - ORIGEM DO DISTRITO.....	24
2.2 - FAMÍLIA MARQUES.....	27
3.0 - TERCEIRO CAPÍTULO SOCIEDADE E MEAÇÃO NA FAZENDA CAATINGA DO MOURA.....	29
4.0 - QUARTO CAPÍTULO O SISTEMA DE MEAÇÃO	
4.1 - EVOLUÇÃO DO CULTIVO DO ALHO.....	33
4.2 - A " MEIA DO ALHO ".....	35
4.3 - O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ALHO.....	37
4.4 - DIMENSÃO SIMBÓLICA DO SISTEMA DE MEAÇÃO.....	41
5.0 - QUINTO CAPÍTULO HOMENS, TERRA E ÁGUA	
5.1 - PRODUTORES.....	45
5.2 - TERRA : CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO VALE.....	51
5.3 - SISTEMA DE IRRIGAÇÃO.....	52
6.0 - SEXTO CAPÍTULO MECANISMOS DE ACESSO A TERRA.....	57
CONCLUSÃO.....	61
BIBLIOGRAFIA.....	63

ANEXOS :
TABELAS
MAPAS
FOTOS
ENTREVISTAS

AGRADECIMENTOS

Um Trabalho Etnográfico, exige do estudante de Graduação, muita dedicação na tentativa de construir a ponte entre a teoria e prática. A monografia representa a materialização deste esforço, e um "rito de passagem" nesta "Aldeia Antropológica".

Agradeço especialmente a minha orientadora, Professora Sylvia Maria dos Reis Maia, a quem devo minha formação antropológica e a Professora Marússia Jambeiro de Brito pelo incentivo para trabalhar a temática camponesa.

Uma gratidão sincera ao povo da Caatinga do Moura pelo acolhimento e confiança, em particular aos meus anfitriões "Sr. Pedrinho " e "Netinha", como também ao amigo e principal informante "Deni".

RECONSTITUINDO A HISTÓRIA DO CAMPONÊS EM CAATINGA DO MOURA

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa teve início no Arquivo Público do Estado da Bahia, vinculado a um projeto maior intitulado a História do campesinato na Bahia coordenado pela professora Sylvia Maria dos Reis Maia. As informações coletadas indicaram a cidade de Jacobina como uma das pioneiras na região do Sertão na tradição da pequena agricultura, e apontaram para o fato de que a agricultura de subsistência não é um fenômeno novo na Bahia. Embora desde o século XVI grandes plantações de cana de açúcar (cultivadas pôr escravos africanos e especializadas na exportação do produto), tenham se tornado a atividade econômica dominante na região, ali também, se desenvolveu um setor camponês. De acordo com estudos sobre o assunto, confirmados pêlos documentos examinados no Arquivo Publico do Estado da Bahia estes camponeses trabalhavam nas margens dos grandes engenhos de açúcar e ali produziam, supriam a população dos engenhos com alimentos e serviam também como força de trabalho para os mesmos. A imigração de portugueses pobres e a expansão da população de negros livres no final do século XVIII e início do XIX consolidaram a forma desse setor agrícola não comercial. Mesmo quando os camponeses cultivavam cana e fumo somente para vender, eles o faziam para complementar a agricultura de subsistência, ou seja, para comprar aquilo que eles não produziam (Formann, 1979; Schwartz, 1988).

A presença destes camponeses não escapou à preocupação de cronistas, tal como, Arnizau (1825), um residente do Recôncavo Baiano, o qual observou que em dias de feira uma população moralmente e socialmente heterogênea convergia para a Vila a fim de vender o excedente de sua produção (Arnizau, 1862: 134).

Essas pessoas eram geralmente moradores ou foreiros vivendo em terras pertencentes aos engenhos de açúcar (Forman, 1979). O morador servia como supridor de alimento e reserva de mão de obra para o engenho. O foreiro desempenhava basicamente as mesmas funções do morador, exceto que arrendavam as terras marginais dos engenhos para cultivar produtos de subsistência. Além disso, existia também os pequenos lavradores de cana que supriam os engenhos na época do aumento da demanda do produto. Entretanto, nos documentos a denominação que mais aparece é simplesmente, lavrador, aquele, como diz Moura (1990), que lida com a terra.

A existência dessas categorias se mantém relativamente intacta através da época colonial e no curso do século XIX, foi tomando outras formas tais como posseiros, rendeiros, meeiros, ou parceiros, devido, principalmente à promulgação da Lei de Terras de 1850 que transformou a terra em mercadoria quando estabeleceu a compra "como instrumento de transferência e privatização das terras do Estado" (Moura, 1990). Desta maneira, o alto preço da terra impedia a mão de obra livre e dos escravos, terem acesso às mesmas, fenômeno que tem se estendido até a época atual aos produtores pobres.

Essa situação vem beneficiar a agricultura comercial e agudizar a do camponês que tradicionalmente, não tem sido capaz de morar somente do seu pequeno pedaço de terra, quando ele tem algum. Daí eles terem que ser um pequeno proprietário nas suas terras, um parceiro nas terras dos outros, um rendeiro em outra terra qualquer e um assalariado na época das grandes colheitas. Atualmente, mesmo esta polivalência do trabalhador agrícola está se tornando difícil. Com o aumento das agro-industriais no campo a dicotomia entre estas e o campesinato está tomando formas refinadas. Apesar disto, diversos estudiosos sobre assunto (Garcia Jr. 1989; Maia, 1991; Moura, 1990) apontam para a continuidade do campesinato. Este fenômeno, foi também, constatado em Caatinga do Moura, local escolhido para nosso estudo de caso. Ali a unidade de produção, é a família, e os que se assalariam o fazem, apenas, para complementar a renda familiar.

Como nos referimos acima, ao mapearmos as regiões da Bahia de maior incidência na agricultura de subsistência, entre estas, detectamos, o sertão.

Certamente, o que contribuiu para a presença da pequena agricultura nessa região foi a distancia da área "açucareira, monocultura intensiva". Além disso, esta era uma região produtora de ouro e pedras preciosas. Aqueles que se dedicavam a agricultura de subsistência eram pessoas de poucos recursos que tinham acesso somente, a pequenas manchas de terras férteis. Parafraseando Andrade(1964), Jambeiro (1973), diz que a cana de açúcar teve o seu cultivo ampliado da faixa litorânea para o interior, foi para as manchas úmidas do sertão, depois de passar da Mata para o Agreste. Em todas as áreas propícias deu origem a engenhos de rapadura. A transformação da cana aí não visava o mercado exportador. Dessa forma não ocorreu nessas áreas a monocultura da cana nem a organização tradicional dos engenhos, nem foi abundante a mão-de-obra escrava; as propriedades eram com freqüência médias ou pequenas e dividiam a cana com a policultura de subsistência .

Caatinga do Moura, localizada em Jacobina é um exemplo do que acabamos de narrar com algumas especificidades. Situado no vale da Canavieira, as terras que compõem o distrito é formada por uma faixa de terra fértil, onde até meados do século XX, cultivava-se cana associado a cultura do arroz milho e feijão. Engenhos produziam aguardentes rapaduras e açúcar. Atualmente o distrito é responsável por mais de 50% da produção de alho, e o único a produzir doce de banana e marmelo na região.

As terras do município e conseqüentemente ás de Caatinga de Moura, pertenciam a Casa da Ponte dos Guedes de Brito. Por volta da Lei de Terras em 1850, e por força do decreto de n. 1318 de 1854, solicitando dermação e regulamentação das mesmas , foi emitido para a província um documento informando que as terras de concessão de sesmaria, portanto, toda a área de Jacobina, não estavam mais nas mãos dos herdeiros do Conde da Ponte, pois haviam sido vendidas à diferentes pessoas .

A Caatinga do Moura originou-se de uma grande e única fazenda com esta mesma denominação. Nos seus limites encontravam-se roças, sítios agregados, trabalhadores escravos e lavradores. Este quadro de relações sociais diversas, implicou diferentes relações de trabalho. Além das

escravista subsistiu, a parceria com o sistema básico de repartição dos produtos a "meia".

Hoje, meação e assalariamento são usados de forma articulada na exploração da força de trabalho e como garantia de rentabilidade para todos os produtos que tenham valor de mercado. A parceria "é um sistema de uso da terra", uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra ficando com direito sobre partes dos produtos obtidos. Na parceria o proprietário da terra e trabalhador dividem a produção na base em que contrataram surgindo assim modalidades diferentes, seja a meia a terça, a quarta. Quando se divide o produto meio a meio o parceiro é chamado de meeiro. (Candido:1977). Esta é a modalidade vigente na Caatinga do Moura, o qual teve origem no século XIX, e por muito tempo coexistiu com a lavoura da cana.

Do ponto de vista teórico já foi tema bastante discutido de autores das teses feudais, que a definiram como sendo "resquício do antigo regime". Em Prado, (1966) a parceria é uma relação de emprego essencialmente capitalista, (o que se opõe à primeira), existe uma dependência do empregado ao patrão e este não transfere nada ao trabalhador que se assemelhe à posse da terra. A parceria é vista por este autor como assalariamento disfarçado.

Loureiro (1977), refutou tais concepções observando que elas deixam de perceber aspectos significativos contidos na parceria como o: assalariamento de trabalhadores pôr parte dos parceiros, a participação do processo produtivo com alguns meios de produção, (ferramentas, defensivos agrícola etc.), elementos extra-econômicos, tais como paternalismo entre fazendeiros e os trabalhadores" (Loureiro, 1977 : 23). Em Caatinga estes aspectos foram também observados para o regime de meação. Sobretudo, os elementos extra-econômico", aliança de parentesco e compadrio.

Devemos esclarecer ao leitor, algumas categorias do mundo camponês, que em Caatinga do Moura tem significações particulares por exemplo: a categoria "roceiro" é comumente denominada para pessoas que possuem propriedades de até 2,46 hectares. Enquanto que a categoria "proprietário é estabelecido para os produtores acima deste patamar. Esta classificação configura-se pela capacidade de produção do alho que é de três mil quilos por hectare. Assim

em Caatinga do Moura existem "roças " e "propriedades". Aquele que tem "propriedade é um médio ou grande produtor que se opõe a categoria de "roceiro" que tem pouca terra para plantar. Já a categoria de meeiro é dada para aqueles que não possuem a propriedade da terra e planta em terrenos alheio repartindo o resultado do cultivo com o dono da terra.

Entretanto, durante a pesquisa não apareceram diferenças entre estes grupos (meeiros e roceiros), nas formas de organização interna das unidades de produção. Semelhante o que observou Heredia (1979) , para pequenos proprietários e foreiros em Pernambuco; a autora ressalta que os problemas enfrentados pelas famílias eram comuns, resultado da inexistência de uma distancia social que os separasse como grupo. Da mesma forma, no desenvolvimento da nossa pesquisa encontramos elementos muitos semelhantes para "roceiros" e meeiros. A organização do trabalho na roça se dá de forma semelhante, ou seja, com a posse coletiva do grupo familiar sobre, a terra na qual trabalham. A posse se caracteriza pelo domínio na produção e no consumo de seus produtos, de todos os membros da unidade sobre a terra. (...) Louisolo, H. R. 1989: 90) .Tem-se na família o Locus da produção mesmo que eventualmente contrate mão-de-obra assalariada. Nosso estudo esta tomando como unidade de análise esta família e suas relações culturais. Um outro aspecto semelhante entre o "roceiro" e o meeiro na Caatinga é que em situação limite a reprodução das unidades familiares como por exemplo, a perda total de uma safra, vê-se obrigado a meia em terra alheia ou na venda da força de trabalho como diarista completando a renda familiar.

Outras categorias importantes que foram apreendidas durante o trabalho de campo demonstram que semelhante a outros grupos, os habitantes de Caatinga do Moura organizam sua vida social de uma forma binária: "gente de fora" e "gente de dentro". Estas categorias expressam solidariedade e conflito. Definem aqueles que conhecem ou desconhecem o sistema de irrigação; com quem ego comercializara terra, e quem ele convidará para meeiro em terras de sua propriedade. I

Em Caatinga do Moura como veremos as transações e o próprio cultivo acontecem porque é exercida uma reciprocidade entre proprietário e meeiro no

uso coletivo da água para irrigação. Desse modo, a solidariedade deve estar continuamente ativada em função de um interesse coletivo, mediatizadas por uma aliança entre parentes para manutenção da terra.

O objetivo deste estudo, portanto, é reconstituir a história do pequeno produtor no Distrito de Caatinga do Moura, Jacobina, afim de entender a organização sócio econômica, cultural e política de um grupo de meeiros e pequenos proprietários que tradicionalmente, vem se mantendo nessas categorias. Entretanto, o objetivo maior é detectar os mecanismos utilizados por esses pequenos produtores para permanecerem como meeiros e pequenos proprietários dos mesmos pedaços de terra através de gerações.

A pesquisa, constou de duas etapas: coleta de dados no Arquivo Público do Estado da Bahia e trabalho de campo na localidade denominada Caatinga do Moura em Jacobina.

Durante o trabalho de campo foram feitas visitas periódicas a Caatinga do Moura, o que possibilitou desenvolver a técnica de observação participante e conduzir entrevistas intensivas entre as famílias pesquisadas. No total foram aplicada cinquenta entrevistas dirigidas e vinte não dirigidas. Das dirigidas, trinta foram respondidas por famílias meeiras, e vinte por famílias proprietárias. Além disso, e principalmente, foram coletadas histórias de vida utilizando gravador e diário de campo, as quais possibilitaram reconstituir a história dessas famílias e relacioná-las com a história da região.

No decorrer da pesquisas foram aplicados questionários em uma amostra da população, para complementar e generalizar as informações coletadas nas fases anteriores. Foram também entrevistados os grandes proprietários de terras, uma vez que, sem essas informações seria impossível entender como e porque se estabeleceu ao longo dos anos esta relação proprietário meeiro.

A família, (o locus de produção e consumo no meio rural), e os laços de parentesco e vizinhança ofereceram elementos para testar as hipóteses levantadas. Portanto, a família foi utilizada como unidade de análise no desenvolvimento deste trabalho.

A pesquisa teve como suporte a antropologia interpretativa que capacitou o pesquisador a apreender os elementos que perpassam o difícil " mundo " das motivações e representações, que estão presentes no dia a dia do camponês.

Esta monografia está organizada em seis capítulos. Os dois primeiros são reservados a conceituar o leitor, sobre localização, caracterização e importância da área pesquisada, descrição das moradias e das famílias, para em seguida traçarmos a origem do distrito a partir das memórias nativas.

No terceiro capítulo, apresentamos como estava socialmente organizada a fazenda Caatinga do Moura no século XIX, as categorias produtivas e o sistema de meação.

Do quarto ao quinto capítulos, passamos a descrever a evolução ocorrida no sistema produtivo, com a introdução do alho na área, o sistema de meação hoje e sua especificidade no vale por conta do sistema de irrigação. Por fim, no capítulo seis iremos abordar, os mecanismos de acesso a terra pelos produtores para permanecerem donos e meeiros de uma geração a outra.

1

ASPECTOS GERAIS DA REGIÃO

1.1 O MUNICÍPIO

O município de Jacobina, pertence a região econômica denominada pelo IBGE, Piemonte da Diamantina - Microregião pastoril, localizada entre o litoral sul e a chapada Diamantina. Cujasede faz parte da 16ª região administrativa do Estado da Bahia.

Jacobina firma-se nesta microrregião como centro de desenvolvimento, servindo de "elo intermediário entre as grandes cidades, particularmente as metrópoles regionais e nacionais e as cidades pequenas com suas zonas rurais".(Brandão,1993:49) Funciona com bens e serviços em termos de mercado, para si mesma e para sua região¹.

Com uma população estimada no ano de 1991 de 76.382 habitantes, numa área de 2.042 km², Jacobina destaca-se como a mais populosa e a mais extensa da região.

Os municípios que hoje limitam Jacobina são: Caém, Miguel Calmon, Serrolândia, Ourolândia, Capim Grosso, Mirangaba, Várzea Nova e Quixabeira.

"O clima é semi-árido e seco a sub úmido podendo atingir temperaturas média anual em torno de 23.0C a 28.1C e mínimas de 18.9 C. A área está inserida no polígono das secas, cerca de 100%, predominando uma vegetação de caatinga-floresta estacional. Cerrado arbóreo aberto com floresta de galeria" (Fonte IBGE).

¹ Vide mapa B

Na hidrografia, temos o rio Itapicuru, que nasce na Serra do Tombador, atravessa a cidade e encontra o rio de Ouro. Este, foi responsável no século XVIII, pelo fluxo migratório para a região.

Jacobina, nasceu como a mais importante vila do centro norte do Estado, criada através da Carta Régia em 05 de agosto de 1720 pôr D. João V, a Vila de Santo Antônio de Jacobina estendia-se pôr cerca de 300 léguas "em terras de propriedade da casa da Ponte dos Guedes de Brito" em direção ao norte incluindo a cachoeira de Paulo Afonso.

A elevação da vila a categoria de cidade, ocorreu em 1880, pela Lei Provincial número 2.049 de 28 de Julho, quando recebeu o título de "Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina. (Monografias dos Municípios -IBGE) .A produção principal, desta época era mandioca, e em menor quantidade, milho e algodão. Sendo este último produto ampliado com o incentivo do Estado, por conta da implementação de fábricas de tecidos em Valença e Salvador. (Brandão, op. cit).

TABELA I
PRODUÇÃO AGRÍCOLA
JACOBINA - 1960

PRODUTO	PRODUÇÃO (T)
Algodão	1.187,00
Alho	472,00
Arroz	273,00
Cana	1.849,00
Café	1.229,00
Feijão	2.951,00
Milho	3.528,00
Mamona	4.429,00
Mandioca	43.723,00

Fonte : IBGE

Em meados do século XX, é o principal produtor de mamona e de mandioca do Estado.(monografias dos Municípios - IBGE). . No censo de 1960 (Tabela I), Jacobina aponta com uma agricultura comercial diversificada como: alho, arroz, cana de açúcar, café, feijão, milho e algodão. Com destaque ainda para a mandioca.

TABELA II
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA LAVOURA TEMPORÁRIA
 JACOBINA 1970 - 1993

PRODUTO	PRODUÇÃO (T)					
	1970	1975	1980	1985	1990	1993
Feijão	2.769,00	1.268,00	3.344,00	7.831,00	4.055,00	2.012,00
Mamona	2,00	10.511,00	4.500,00	8.319,00	3.610,00	158,00
Mandioca	26.093,00	20.000,00	58.926,00	24.488,00	30.900,00	58.800,00
Milho	4.561,00	1.800,00	1.551,00	4.046,00	939,00	475,00
Tomate	291,00	1.008,00	1.719,00	2.864,00	3.000,00	2.850,00
Algodão	-	300,00	-	29,00	47,00	8,00
Alho	359,00	300,00	102,00	262,00	351,00	174,00

Fonte : IBGE

TABELA III
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA LAVOURA PERMANENTE
 JACOBINA 1970 - 1993

PRODUTO	PRODUÇÃO (T)					
	1970	1975	1980	1985	1990	1993
Sisal (T)	5.633,00	7.434,00	10.428,00	1.585,00	6.000,00	7.560,00
Banana (Cachos)	91.464,00	200,00	605,00	219,00	360,00	450,00
Marmelo (Frutos)	-	500,00	792,00	150,00	30.000,00	210,00

Fonte : IBGE

Nos anos seguintes (Tabela II e Tabela III), houve um incremento da pauta agrícola. Produtos que antes eram produzidos em menor escala, passam a figurar como importantes para o município como: alho, banana, marmelo e tomate. O plantio do alho foi intensificado na década de 70, quando foi introduzido na área um posto de revenda e implementos agrícolas, dirigido pelo Estado; com assistência técnicas, crédito agrícola e mecanização. Já em 1975 no conjunto de 24 municípios, Jacobina é o principal produtor, com 300 T / ano.

Em 1976 a produção em Jacobina correspondia a 20% do alho produzido na Bahia, 8% da área total. Taxa que se manteve razoavelmente constante até os anos 90. (Tabela IV em anexo).

Esta diversidade de culturas existente no município, vem de seus distritos, entre eles, Caatinga do Moura, distante, 42 Km (mapa C). Sendo responsável pôr toda produção de alho, doces de banana e marmelo da região.

O acesso ao distrito se faz pôr ônibus, ou carros lotação. Parte diariamente de Jacobina às 6:00h e às 13:00h. A viagem é muito agradável, devido a altitude da Serra do Tombador; único caminho para a vila, considerado pôr muitos "perigoso". Predomina em todo o percurso a vegetação de caatinga e cerrado com variedade de sisal e licuri, associado a área de pastagens².

Esta vegetação se contrapõe à localização do distrito, Caatinga do Moura, situado no vale Contornado pela serra da Canavieira que proporciona um belo espetáculo: "Um oásis no sertão"³. Andrade (1964), identifica estes tipos de áreas, "manchas úmidas do sertão", no seu estudo sobre a "A terra e o homem do Nordeste". Ele detectou que o plantio da cana de açúcar, teve seu cultivo ampliado da faixa litorânea para o interior do Nordeste originando engenhos de rapaduras.

A fertilidade da terra é dada pelo rio Caatinga do Moura, com 26 Km de extensão, que nasce da Serra do Tombador: Riacho da Umbaúba, percorre todo o vale e beneficia diversas lavouras. Porém, a maior parte das terras plantadas, é destinada ao binômio alho - feijão em terreno de vazante, nas chamadas roças de "várzea". Em menor escala temos tomate, milho, banana e marmelo. Nos terrenos "sequeiros", fora do percurso do rio, encontramos roças denominadas pôr seus moradores de "caatinga", ocupadas com o plantio de mamona, sisal e em menor produção feijão. Estas áreas, também servem à pastagens de bovino e caprinos.

² Além de região agrícola . Jacobina é uma importante região pastoril. Seus rebanhos mais numerosos são : bovinos:86.200 cabeças; ovinos: 33.600 e caprinos: 42.900(IBGE: 1989)

³ Em algumas entrevistas proprietários mencionam esta expressão para descrever o vale.

Segundo dados da Associação da Agricultura do Vale da Caatinga do Moura(AVACAM), existe na vazante 230 produtores distribuídos pôr 534 tarefas ou seja 213,6 hectares⁴.

Caatinga do Moura é o único Distrito de Jacobina que cultiva alho. Desde a sua implantação e após incentivo agrícola pôr parte do Governo, Jacobina vem se mantendo em posição privilegiada..

A população do Vale da Caatinga do Moura , é pequena e essencialmente rural, como se refere a tabela abaixo. Representa 33% da população rural de Jacobina . A população urbana do distrito concentra-se na sede , havendo uma predominância da população rural sobre a urbana.

TABELA VI
DEMONSTRATIVO DA POPULAÇÃO

Localidade	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Microrregião de Jacobina	332.372	147.703	184.669
Jacobina	76.518	50.009	26.509
Caatinga do Moura	8.874	2.948	5.926

Fonte : IBGE - Censo demográfico de 1991

Estima-se que cerca de 60% desta gente trabalha na atividade agrícola. Principalmente no trato de lavouras temporais. (Associação da Agricultura).

1.2 - O DISTRITO

A área ocupada pelos moradores corresponde a trajetória do único rio Caatinga do Moura .Os povoados que formam o distrito surgiram e se consolidaram juntamente com o percurso da área irrigável (mapa D).Da nascente ao Sumidor, local onde o rio se engruma temos onze núcleos

⁴ Para nossa pesquisa consideramos apenas esta área e os produtores de alho. O número em foco assinala os registros na associação; estima-se haver um maior número de produtores.

populacionais que são: Olhos D' Água, Roçado, Bom Jardim, Boa Vista, Caboto, Sede, Lagoa, Cinzeiro, Manga da Toca, Carnaúba, e Sumidor, distribuída irregularmente, principalmente depois da Sede. Isto porque os núcleos populacionais tendem a se concentrar em áreas mais próximas à nascente.

Não existe uma distinção acentuada entre área comercial ou residencial como também em área urbana ou rural, pelo fato de muitas roças estarem localizadas ao fundo das moradias (mapa E).

Na "Sede" podemos visualizar oito ruas principais paralelas. Na praça Rosa Marques⁵ funciona a agência dos correios, um posto telefônico, uma farmácia, um cartório, cinco estabelecimentos, tipo venda-mercado, um posto de saúde, um grupo escolar ginásial, duas "discotecas", dois cemitérios, um campo de futebol e oito prédios escolares para educação do ensino primário em sistema multi- seriado distribuídos pelo distrito.

Todo o distrito é servido de luz elétrica e água encanada. Porém, apenas a Sede recebe água tratada. Os povoados são servidos pôr poços artesianos.

Possui cinco templos Católicos, um Adventista e um da Organização Assembléia de Deus. Dois Vereadores, da Prefeitura de Jacobina respondem pela Administração local à Prefeitura de Jacobina, e assistência médica é dada pelo revezamento de dois médicos de Jacobina ,que atendem na Sede.

A Associação dos Agricultores do Vale da Caatinga do Moura-AVACAN, é o órgão de representação dos produtores locais. Para a direção, o ato de sua fundação representou um processo de amadurecimento político local. Iniciado com a construção da Barragem e depois pelo conflito ocorrido entre os produtores denominado "Guerra das Malvinas⁶", ocorrido em 1983 em protesto contra os produtores que se utilizaram de bombas para puxar água do leito do rio num período de grande estiagem, o que provocou perdas no cultivo de boa parte dos produtores que possuíam terra longe da nascente.

⁵ Rosa Marques. foi uma das pioneiras de Caatinga do Moura. cuja a história será descrita no decorrer deste trabalho.

⁶ O conflito foi denominado pelos envolvidos , por Guerras das Malvinas em alusão ao conflito entre Argentina e Inglaterra nas ilhas das Malvinas. em 1982.ano da construção da Barragem na Caatinga do Moura.

Em 1983 a CODEVASF, através da SUDENE inaugurou a Barragem Caatinga do Moura., atendendo uma solicitação de muitos anos dos habitantes. Com ela foi possível controlar o volume de água nos períodos de estiagem ou enchentes. A construção da barragem ampliou a área irrigada de 290 hectares para 700 hectares . Após um ano e meio de administração da barragem pela CODEVASF a insatisfação era geral. Segundo os informantes o controle da água não era feita de maneira satisfatória e não se cumpria o horário estabelecido⁷ Associado a isso , havia pôr parte da administração da CODEVASF a iniciativa de treinar pessoas locais para a administração da Barragem. Isto porque representava um ônus grande para a instituição manter um técnico no local. "A Guerra das Malvinas " favoreceu tal iniciativa . Este conflito surgiu logo depois da construção da Barragem; grandes produtores colocaram bombas no leito do rio, canalizando a água para área sequeira. Sendo um período de estiagem , muitos foram prejudicados e perderam suas culturas.

Conta alguns informantes que muitos trabalhadores pediram esmola nessa época "coisa nunca vista na caatinga" . O conflito eclodiu quando um grupo de proprietários organizou um movimento com ajuda da população local; A multidão deslocou-se para o local onde estavam as bombas destruindo-as. As conseqüências até hoje são visíveis como inimizades e ações na justiça.

Após o confronto, produtores locais ligados à CODEVASF, fundam a Associação dos Agricultores. A ata de fundação data de 28 de março de 1985. No regimento consta que além do controle da barragem, a associação teria como função principal, mobilizar a comunidade local para programas de saúde , educação , comunicação , lazer, industrialização, saneamento, financiamento, orientação de cultivos, fomentos de sementes, caprino, ovino, fruticultura, pasto, escola técnica agrícola e tudo concernente ao o desenvolvimento do Vale da Caatinga".

⁷ Adiante reservamos um capítulo sobre o sistema de irrigação. Veremos que é mantido por normas estatutárias.

A proposta é bem abrangente extrapolando o âmbito da produção, entretanto, algumas permanecem ainda no papel. Porém, não invalida a função destinada a Associação, ao contrário, nos últimos anos, ela não só conseguiu ampliar os bens destinados ao uso coletivo, como cresceu o número de associados. Podem fazer parte proprietários ou trabalhadores rurais. Todo serviço oferecido pela associação como pôr exemplo: hora de caçamba, trator, preparo de solo, adubação, tratos culturais e colheitas são feitos mediante custos tabelados abaixo da média do mercado. Apesar disso, observamos que os meeiros, objeto desta etnografia não utilizam os serviços da associação porque onera os custos da produção.

Destacamos também, no distrito, fábricas de doce de banana, marmelo e goiaba estabelecidas nos fundos de algumas casas. Os doces são confeccionados e embalados de maneira artesanal em palha de bananas. Os moradores não sabem precisamente quantas fábricas existem na caatinga. A associação dos doces (desativada em 1993) contava com 86 associados. Semanalmente 15 toneladas de doce são exportados de Caatinga do Moura pôr várias regiões.

Existem no distrito duas fábricas de cal virgem (substância branca resultante da calcigenação de pedra calcária usada em argamassa) situadas na fazenda Pau da Colher à 2 Km da sede, absorve contingente de mão de obra diarista da vila.

1.3 - MORADIAS E MORADORES

As habitações da Caatinga do Moura são modestas. Em geral construídas de adobe e tijolos, com cobertura de telhas e cerâmicas; apresentando um só padrão na fachada: uma porta e duas janelas. No espaço interno sala de visita, quartos, cozinha e atrás da casa o quintal com o "quartinho" (instalações

sanitárias em geral apenas com a fossa). Em algumas residências⁸ principalmente, de proprietários vê-se pôr extensão da cozinha um vão aberto coberto de telhas, local de refeição da família. Somente tive acesso a este espaço quando fui considerada uma pessoa próxima. Neste mesmo espaço conduzi várias entrevistas e fui convidada para algumas refeições.

Podemos detectar o status de uma família pelo tamanho da moradia, principalmente se houver na casa um depósito fora ou dentro, reservado para os produtos que cultivam de meia. As condições dos meeiros e proprietários "fracos" não permitem dispor de um lugar exclusivo para guardar o produto e ferramentas colocando-as na sala, ou na cozinha. A casa, onde morei durante o trabalho de campo, os produtos da roça estocados quintal, ou na cozinha.

O "depósito" como veremos é o aposento contínuo às atividades da roça. Exibido com orgulho, materialização do esforço da roça, onde todos os visitantes são convidados a conhece-los. Existe ainda um padrão de móveis e utensílios que servem como enfeites, quadros religiosos, imagens de santos, fotos de famílias, vasos, fotos de artistas e o fogão de lenha em todas as casas, mesmo naquelas possuidoras do fogão a gás. O uso do primeiro é justificado pelo fato da comida ficar mais saborosa e sempre aquecida sobre a pedra.

Diferentemente do grupo estudado pôr Heredia (1979) na Zona da Mata de Pernambuco, não encontramos a mãe de família no controle exclusivo das atividades vinculadas à casa. A mulher, juntamente com o homem, providencia os meios necessários para aquisição dos alimentos que serão consumidos na casa. Saem ambos para trabalhar diariamente no mesmo horário às 6:00 horas, retornando às 17 horas. Trabalhando nas roças ou nas fábricas de doce, como diaristas, muitas dessas mulheres desenvolvem atividades para complementar o orçamento doméstico tais como: costura, pintura em tecido e bordados.⁹

⁸ O censo de 1991 registrou total de habitações particulares (1.916), apenas 3 possuem fossas sépticas ligada a rede pluvial, 339 comportam fossas sépticas sem escoadores e 683 domicílios possuem fossas sépticas rudimentar.

⁹ Devo esclarecer ao leitor que estamos tratando aqui das esposas de meeiros e de pequeno proprietários.

Como vemos na Tabela VII (anexa), a maioria dos domicílios se localiza na área rural, constatada pela distribuição da população do distrito. Também, é de se notar o baixo número de moradores pôr domicílio caracterizando as unidades de produção/consumo como pequenas. Esta redução dos membros da unidade doméstica gera transformações na unidade de produção , o que para a ótica Chayanoviana, implicaria um desequilíbrio para estas unidades . Na área estudada o padrão da organização familiar tem se transformado com o modelo da propriedade de posse indivisa e abundante, a antiga fazenda Caatinga do Moura passou para um modelo de posse parcelado, limitado, resultado das partilhas de heranças, como mostra as evidências do capítulo que se segue.

2

ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 - ORIGEM DO DISTRITO

A interpretação que se segue focaliza a origem da Caatinga do Moura. De um lado temos a memória dos proprietários de famílias tradicionais (Marques, Carvalho), estabelecido na Caatinga desde 1804, e esta se difere da memória dos pequenos proprietários(muitas vezes unidos às famílias tradicionais por laços de afinidades) e dos meeiros.

De acordo com os informantes, o nome "Caatinga do Moura, diz respeito ao seu desbravador ". Moura, um criador de gado às margens do rio Itapicuru em Jacobina .Regularmente , seus vaqueiros, levavam o gado para pastar " nos tabuleiros " . Em uma dessas pastagens, alguns animais se desgarraram e foram encontrados dias mais tarde num vale " bem verdinho " cortado por um rio perene depois, denominado Olhos D'água, por estar ali localizado sua nascente . Informado por seus empregados sobre a descoberta , Moura dirigiu-se para o local e fez residência. " A terra era deserta, Moura começou fazendo roças ,tinha muita terra (...) . Depois de Moura vieram os Marques , os Carvalho , os Barbosa , Amorim , Lúcio e outras famílias. Tinha muitas terras todo mundo tinha muita roça , o gado criado solto ... aí um dia , o Marques que era sabido , disse: Vou ate o Rio de Janeiro, fazer a escritura da terra . (...) Você sabe dona, o povo não sabe ler... Prometeram a essa gente a escritura a de cada um ... mas fizeram só no nome deles (...) só depois de muito tempo essa gente descobriu (...) " .

[Interrogados sobre Moura , e descendentes dizem :]

" Um belo dia de sol! sol quente de rachar , Moura vinha para o povoado da fazenda num carro de boi ... foi quando o chão abriu tragou ele ,carro e tudo " .

[Um outro informante de 86 anos , completa :]

“ Tragou nada ... mataram o homem e enterraram o corpo ali mesmo “.

[terceiro informante 62 anos complementa:]

“ A política está na vida ”.

Este relato, foi contado por vários informantes. Entretanto, os idosos acima referidos legitimam a historia, pois sempre são indicados pelo grupo para falarem da origem do distrito..

De acordo com os informantes , a área onde o gado foi parar ,era desabitada , ali não morava ninguém, por isso Moura é um “ desbravador “. Depois Moura “fez roças, e veio outras famílias .” Como em outras culturas camponesas “não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho , assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família “. (Woortmann, K. 1974: 23) “ Nos termos da moralidade desse campesinato , assim como de outros, é pelo trabalho que se legitima o direito de posse da terra, a partir de uma natureza que é de Deus. (Woortmann , E. 1995: 243)

Godoi (1987), chama atenção que relatos como estes são muitos comuns em comunidades camponesas onde a história se mitifica, e ao mesmo tempo, o mito se historiciza “estes relatos nos envia a um passado geral no qual a memória coletiva liga a imaginação desses camponeses a experiências fundantes e esse passado constitui o primeiro domínio onde esta memória se cristaliza. Como nos relatos míticos eles formam valor do paradigma constituindo o modelo de referência que permite aos camponeses situarem-se no seio deste conjunto camponês” (Woortmann, E.,1995: 243).

Meeiros e pequenos proprietários criaram um ancestral, um mito, que os historiciza. Os relatos validam seu território a “ terra de trabalho “ a “ morada da vida “. Através de Moura o espaço social foi organizado, entretanto, não existe com este ancestral laços de descendência, pelo menos não a reconhecem como confirmaram os depoimentos:

“ Moura não teve filhos ... Moura morreu. Eu tenho Moura no meu nome, mas não é aquele Moura ... Eu sou da parte do Moura criado pêlos Marques “.

Se Moura existiu provavelmente constituiu família, e após sua morte, seus descendentes continuaram morando na propriedade. Sua morte inaugurou um novo tempo, ou seja, as terras passaram de comunal à propriedade privada. As relações sociais se modificaram, porque também o modo de organizar a produção e o trabalho se transformou. Passaram a construir a descendência com outros personagens, aqueles que vieram depois de Moura .

“ Eu sou dos Marques “, “ Eu sou dos Carvalhos “ .

Ao contrário desta memória, os descendentes da família Marques e Carvalho, determinam um tempo cronológico e um viés genealógico para falar da origem local. Segundo estes informantes a antiga Fazenda Caatinga do Moura, foi comprada pôr Alexandre José Marques, em 1804. “ Ele era um português; pertencia a uma família de colonizadores e veio primeiro pela cobiça do ouro (...), não tendo sorte nas minas de Jacobina comprou esta fazenda. Esta é a história legal mostrada por um dos informantes:

As terras da Caatinga do Moura pertenciam aos antigos herdeiros do Conde da Ponte, João Saldanha Guedes de Brito. Estavam arrendadas por vinte anos a Domingos de Moura. Com o término do contrato, a fazenda foi colocada a venda. Alexandre José Marques, adquiriu a propriedade de “ três léguas e meia de extensão por 600 mil réis “, comprou com todas as benfeitorias: roças de cana, escravos e criação, e obteve um prazo para pagar de cinco anos. Efetuada a compra foi residir na fazenda com a família .

Dessa forma, parece-nos apropriado ressaltar, que para os proprietários tradicionais a compra da terra é também, a fundação dos laços de parentesco com as famílias de origem. Os relatos dos descendentes referem-se sempre a árvore genealógica dos Marques e Carvalho, sendo a terra de propriedade destas famílias. Já a memória dos pequenos produtores remontam a uma terra ideal de apropriação coletiva, não apenas das famílias Marques e Carvalho,

mas de todos que nela trabalham, a morte do ancestral Moura inaugurou a situação dos meeiros de " Deserdados da terra ¹⁰ .

2.2 - FAMÍLIA MARQUES

Caatinga do Moura, uma antiga fazenda adquirida em 1804 (conforme escritura pública) por Alexandre José Marques ,até 1866 teve como proprietário seu filho e herdeiro Manoel José Marques. Até esta data a fazenda era apossada pelo regime de produção indiviso entre a parentela Marques. O direito de trabalhar na terra estendia-se a varias famílias. Assim registra-se os casamentos das irmãs de Manoel José Marques, Rosa Alexandrina de Carvalho e Lizarda Pinto de Carvalho com as famílias Silva e Carvalho. Da família Silva não temos registros, mas da família Carvalho, é sabido entre os descendentes que foi convidada a morar na Caatinga pelo fundador, cunhado e irmão de sua esposa Maria Pinto de Carvalho. Instalaram-se na Fazenda Canavieira, hoje município de Mirangaba (BA) . Vide mapa B.

Em testamento (1862), Manoel José Marques declarou ser solteiro e ter tido duas filhas com Joaquina Rosa do Espirito Santo¹¹ Maria Marques (15 anos) e Rosa Marques (14 anos), constituindo-as suas herdeiras da metade da fazenda; e a outra metade doou a seus três sobrinhos, filhos da irmã Rosa Alexandrina: Vicente Pinto de Carvalho, José Antonio de Carvalho e José Francisco de Carvalho e aos sobrinho Capitão Francisco Xavier, Tutor das meninas, e Manoel Francisco de Carvalho. No testamento ele condicionou que os herdeiros só vendessem as terras para seus descendentes e nunca para terceiros " pessoas estranhas ", e só casassem com pessoas descendentes das famílias do pai ou da mãe dele. Caso contrário, perderiam o direito à herança.

O casamento da irmã Rosa Alexandrina com a família Carvalho, antes do testamento configura a preferencia matrimonial do grupo, mas não era ainda prescritiva, podendo ocorrer alianças com outras famílias do local . Com o

¹⁰ Esta expressão é tema do livro de Margarida Moura, Editora Bertrand Brasil S.A. 1986

falecimento do Doador em 1866, altera-se o significado do casamento na fazenda, excluindo casamentos com parentes que não sejam consangüíneos, evidenciando a endogamia genealógica prescrita.

Woortmann, E. (1995), parafraseando Leach diz : " O parentesco não é uma coisa em si, a endogamia como parte do parentesco também não o é. A modificação de seu significado, assim como trocas matrimoniais em geral, correspondem às transformações no processo e no modo de apropriação da terra ". Podemos lembrar aqui a Lei de Terras de 1850, que trouxe a noção de apropriação familiar, mas não temos dados suficientes para inferir que Manoel José Marques, absorveu esta Lei, ou sobre sua aplicabilidade em Caatinga do Moura. Sabemos que, em cumprimento à regra paterna, Rosa Marques casa-se com o primo Manoel José Marques de Carvalho e Maria Marques com José Marques de Carvalho. Esta modalidade, casamento entre pares de primos irmãos foi pôr nós detectado em outros inventários. Durante décadas a família Marques ampliou a propriedade, anexando por compras outras fazendas, como também ampliou a parentela. Em 1940 a terra está fragmentada pôr partilhas de heranças. As regras de casamentos também se modificaram de endogamia entre consangüíneos para endogamia local , sendo esta preferência até os dias de hoje.

A capela de São Vicente, A Capela da Conceição, o Sobrado e as ruínas de um engenho atestam os anos de opulência desta família na Caatinga do Moura

3

SOCIEDADE E MEAÇÃO NA FAZENDA CAATINGA DO MOURA NO SÉCULO XIX.

A literatura especializada destaca que no século XVIII , nas área úmidas do sertão desenvolveu-se a produção da lavoura da cana. Com relações semelhantes à grande lavoura da Zona da Mata.

Jambeiro (1972) “ ressalta, que a transformação aí não visava o mercado exportador, pois ou pertencia a pessoas de pouco recursos ou se tratava de pequenas manchas de terras férteis, que pela sua exiguidade não poderiam alimentar grandes engenhos. Pôr isso não se formou nestes locais uma civilização açucareira como a que exigiu no litoral. Os engenhos de rapaduras voltavam para o mercado local ou regional, estes ainda restrito pela dificuldade de transporte “ (Jambeiro 1972: 34) .

Alguns autores pensam estas áreas como protótipo da Zona da Mata. Assinalam que os senhores de engenho tentaram organizar a produção como nas áreas monoculturas, empregando mão - de- obra escrava e empregando homens livres no cultivo da cana, para “moer de meia” nos seus engenhos. Engenhos montados com, “ moendas, caldeiras e tachos ” (Andrade, 1974).

As propriedades médias ou pequenas dividiam a cana com policultura. O senhor de Engenho não dispunha de uma situação econômica como aqueles da Zona da Mata. Assim à média de escravos era em torno de 15 a 20. Outra diferença destas áreas em relação ao litoral era o viés familiar na produção, “aproximando “ os senhores dos escravos.

Entre as categorias camponesas, havia a dos lavradores de “cana livre” e lavradores de “cana obrigada”. Os lavradores eram aqueles que não tinham engenho, mas cultivavam a terra e plantavam cana para ser moída em engenhos alheios, as vezes eram proprietários, outras vezes cultivavam terras de um engenho. Na categoria de proprietário, havia dois tipos de

relacionamento quanto a moagem da cana, "livres" e de cana "obrigada". (Jambeiro : 1974). Com esta Classificação, a autora mostra que os lavradores de cana livre moíam e vendiam a cana onde quisessem, e o açúcar era partilhado meio a meio, com o dono do engenho. Os de "cana obrigada" só poderiam moer e vender a cana para os engenhos, onde haviam comprados terras, ou recebido concessão. Como também, os que arrendavam terras de engenho eram obrigados a moer no engenho da propriedade.

O Vale da Caatinga do Moura de certa forma fugiu à regra das demais áreas rapadureiras no tocante à organização social e a produção. Isto porque, após 1804 a família Marques ampliou sua propriedade, anexando à Fazenda Caatinga do Moura as demais Fazenda: Canavieiras, Currálinho, Carnaúba , Paço Alagoa Grande, Mutuca e os sítios; Do Meio , Roçado, Bom Jardim, etc. Desta forma aumentou o contingente de escravos e moradores.

As terras da Vazante foram ocupadas no cultivo da cana e arroz. Os engenhos estavam localizados na área irrigável distribuídos percurso do rio e pertenciam a diferentes proprietários das famílias Marques e Carvalho. Nos testamentos examinados, as terras ocupadas no plantio da cana e arroz e demais culturas, eram denominadas de sítios e roças, os limites encontrados externos à área irrigável. desenvolvia-se a pecuária extensiva, grandes criadores de gados "vacum". Estes espaços apresentavam relações sociais diferentes. Neles o trabalho era feito por escravos, agregados, moradores, pequenos proprietários e lavradores. Diferenciados pela posse ou pelo uso dos meios de produção.

Os lavradores eram em sua maioria homens livres, pequenos proprietário ou moradores, vindo de todas as regiões, retirantes das secas, atraídos pela fertilidade do vale. Jambeiro(1972), ressalta que a presença de lavradores nas áreas produtoras de rapadura, é um forte indicador da organização da produção, resultantes de maiores mercados e maiores recursos. Assim, em Caatinga do Moura tanto o gado, quanto a cana de açúcar eram fontes monetárias desse período.

Na coleta de história de vida, informantes idosos relataram que na Caatinga do Moura, lavradores moravam na fazenda e recebiam do proprietário o direito de cultivar a cana. Eram portanto, lavradores de cana obrigada, isto é, obrigado a moer nos engenhos dos proprietários. Contudo separavam uma parte das terras concedias, para "roças de mantimentos".

Quanto à moagem, o sistema básico de repartição era a meia. O documento mais antigo sobre parceria que encontramos para evidenciar este fato data de 1879. É o testamento de Maria Pinto de Carvalho. Declara doação de uma roça "plantada de cana" a duas sobrinhas na condição de seus quatro escravos, mencionados em testamento, "moerem de meia a cana que se plantada na roça e quando concluída a plantação ficará a dita roca para estas meninas".

Este documento traz evidencias da meação na Caatinga do Moura. Ao mesmo tempo que abre espaço para outra reflexão, recentemente estudada nas Ciências Sociais, o "protocampesinato escravo", presente neste testamento através da meia. Cardoso(1987) chamou atenção para os estudos sobre atividades agrícolas autônomas desenvolvidas por escravos em parcela concedias dentro da plantação, assim como, a venda destes produtos pêlos mesmos.

A presença dos meeiros na Caatinga até os dias hoje, foi justificada através do depoimento de uma informante de 81 anos de idade, conta que, os escravos ficando "descalquiados" após a Abolição e sem terem para onde ir, permaneceram como agregados na fazenda das famílias Marques e Carvalho. Ao constituírem famílias, através de casamentos arranjados pêlos proprietários, passavam da condição de agregados para meeiros. Recebendo do dono da terra uma roça de meia. Na lavoura, nos engenhos, na casa de proprietário ou nos currais, a mão de obra escrava exercia as mais diversas profissões. Algumas propriedades possuíam até mesmo 28 escravos, um número razoavelmente grande para áreas rapadureiras. (Stuart, 1988).

Os proprietários da Fazenda Caatinga do Moura exerciam um regime patrilocal mediado por relações de compadrio. Há um numero considerável de inventários com doações para “afilhados escravos” e filhos de agregados, ainda hoje, alguns produtores se referem aos proprietários antigo com tratamento, “ dindinho” ou” dindinha ”.

A seguir, veremos as transformações ocorridas na Caatinga do Moura com a introdução do alho, e de que maneira este modificou o sistema de meação.

4

O SISTEMA DE MEAÇÃO

4.1 - EVOLUÇÃO DO CULTIVO DO ALHO

Alguns informantes, lembram que até meados dos anos 40 a Caatinga do Moura possuía 13 engenhos; produzindo aguardente, rapadura e o açúcar; todos estes engenhos estavam localizados na área da vazante que pertenciam as famílias tradicionais. Moíam a cana dos lavradores, proprietários, meeiros e dos agregados que viviam nos limites da fazenda. O meeiro recebia a terra arada para o plantio da cana e todas as etapas do trabalho corriam por sua conta: plantio, limpa, corte, colheita e moenda. Feita a colheita a cana era transportada em carro de boi fornecida pelo proprietário e levado a moenda. Ali o meeiro distribuía as tarefas com sua família e quando precisava contratava eventualmente por sua conta, mais trabalhadores, pois a família participava de todo processo de trabalho. Após a moagem, faziam a repartição do produto final meio a meio. Os meeiros comercializavam com proprietário do engenho e tropeiros da localidade.

Devemos destacar dois aspectos dessa época que contribuíram fundamentalmente para aumento da renda do meeiro. Primeiro, além da roca de meia, o meeiro tinha a "roca de mantimento", importante para sua reprodução e da sua família. Os produtos aí cultivados, podiam ser comercializados livremente pelos meeiros, sem aferir "meia". Possuíam porcos, cabras, galinhas e alguns produtores, gado. Não havia empréstimos pôr parte dos proprietários, o que mostra autonomia do meeiro sem terra no processo produtivo. As narrações sobre este período, são sempre de um tempo próspero, de abundância e fartura para proprietários e meeiros.

" Lá nos Olhos d'água, dava tudo. Moía cana, fazia o mel e o mel botava na forma (...) e fazia açúcar rapadura (...) do açúcar fazia doces (...). Quando criança, tinha tudo, muita fartura... engenhos trabalhando. A mãe sempre lhe dizia que a

única coisa que comprava era fazendas, roupas. O sal era da terra. As decoadas do engenho fazia sabão "(...) Anos 43 a 48, tempo de guerra(...) minha mãe fazia lamparina com óleo de mamona e licuri tudo da Caatinga. Ate hoje me recordo com saudade, pois a Caatinga é uma mãe carinhosa ".
(proprietária 86 anos)

"No tempo do engenho a bóia nunca faltou, tinha açúcar , rapadura, cachaça (...) guardava duas caixas de rapaduras só para casa. Tinha terra para batata e mandioca "(meeiro, 82 anos) .

Estas narrativas traduzem um pouco a experiência de cada um, e retratam situações vivenciadas no passado que não correspondem as situações enfrentadas atualmente.

Ninguém sabe dizer precisamente quando a lavoura da cana foi substituída pelo alho. Alguns informantes, estabelecem o final dos anos 40, na Caatinga do Moura para o cultivo do alho, trazido do Piauí. Um produtor disse-nos ter exportado em 1950 6.000 K de alho para Fortaleza. Contudo, somente no ano 1956, o alho passou a liderar a produção do município fazendo parte da pauta agrícola (Tabela I). O alho introduziu mudanças nas relações de trabalho. Sobretudo, a expropriação do pequeno produtor quando o seu cultivo avançou para as roças de subsistência forçando o meeiro sem terra, à lógica capitalista de modernização da agricultura dos anos 60. "Transformando o camponês num trabalhador para o capital sem torna-lo um operário". (Moura, 1986:8). Na década de 70 seu cultivo foi intensificado pelo Estado introduzindo mecanização e assistência técnica na área, colocando tratores à disposição dos agricultores. Contudo os grandes proprietários optaram por cultivar o alho em parceria com o pequeno produtor sem terra, Assunto que veremos a seguir.

4.2 - A " MEIA DO ALHO "

Vimos que a meia tem sua origem na Caatinga do Moura, Juntamente com no período escravocrata. Mas somente na metade deste século, com a introdução do alho na área, a meiação sofreu modificações. Nos dias atuais, tem suas especificações próprias e normas definidas tais como:

As roças estão voltadas exclusivamente para a produção do alho nas áreas irrigadas e secundariamente para o cultivo de feijão, milho, tomate etc. O meeiro só planta o que o dono da terra manda, em geral, culturas com valor de mercado. São proibidos de ocuparem o espaço das roças com cultura de subsistência¹². E criação de pequeno porte.

É feito um contrato (verbal) onde se estabelece obrigação de prestação de serviço, gratuitos do meeiro para o proprietário como: limpa de valas de irrigação e beneficiamento das árvores frutíferas no local. O proprietário fornece a terra, semente, arado, adubo, e agrotóxico. Sendo a compra deste último, dividida entre os parceiros.

Sempre que necessário, mediante solicitação do meeiro o proprietário fornece adiantamento (salário semanal para subsistência familiar para provisão dos bens necessários à reprodução física e social das famílias desses produtores). Sobretudo, adiantamento para diaristas contratados por meeiros principalmente no decorrer do plantio, limpa, colheita.

Após a colheita dar-se a repartição do produto, antes porém, o proprietário retira a semente fornecida ao meeiro no início do plantio, em seguida faz-se a " meia ". Além da metade absoluta do produto final, o proprietário recebe a parte referente ao adiantamento que fez ao meeiro para abastecer-se durante o período de produção e mesmo para pagar os diaristas contratados. Muitos cobram estes empréstimos a juros bancários. O meeiro paga sua dívida em espécie. Quando esta ultrapassa sua parte na meia, paga em produto, (alho) em geral quando o proprietário quer receber o empréstimo

¹²A título de suprir suas necessidade. muitos plantam covas de mandioca as no espaço das valas de irrigação

imediatamente. Assim, o mesmo não tem escolha, e vende a preços baixos ao proprietário da terra. Por conta disso, os meeiros não podem esperar um "preço bom de mercado" que cubra os custos da produção. Muitos no final da colheita estão endividados, e não recebem nada na meia do produto. Há casos de meeiros que são açoitados por dívidas. Fala-se também daqueles que vão vender a terra para saldar a dívida e não regressam, como de proprietários que brigam com o meeiro quando o alho está bom e o meeiro vende sua parte ao proprietário. Também, há o meeiro que não faz a prestação de contas. Também, há o meeiro que não dá a sua porta vindo a colheita de alho, aguardando

Através de...
afirmação do meeiro...

"A fome chegou, e o meeiro não bota na panela".

Situação semelhante experimentalmente em sítios de Curimataú, na Paraíba estudado por Costa (1991), foi introduzida a cultura sisaleira na região. Diz ele: "a referência que os trabalhadores fazem ao passado é antes de mais nada, uma forma de pensar e questionar o presente (...), o passado é o meio de expressar o presente, também marcado por privações, falta de terra e de trabalho, refletindo as condições sociais do grupo, delimitando-o e demarcando seu tempo histórico.

O autor esclarece que antes do sisal o morador tinha direito a comida aos cereais e só pagava "meia" do algodão. De acordo com a memória dos camponeses Paraibanos, estudado por Costa:

"A fome daqui é agave. Quantos sítios de cajueiros não arrancaram na Serra do Coité?. De goiabeira, mamão, cana?. Um bocado de coisa para plantar agave, e quedê esse troço hoje?"

O que mais importa, porém para os meus propósitos é o peso dado pelo autor às interpretações dos agentes sociais, revelando que o “presente está contido no passado e ao mesmo tempo contém o passado. Este é claramente o discurso de Caatinga do Moura.

4.3 - O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ALHO

O processo de produção do alho que passamos a descrever se aplica tanto aos meeiros, quanto aos pequenos proprietários ou roceiros. Segundo os mesmos, o alho encontrou no baixio da Caatinga, todas as condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Nos anos de inverno regular a safra do produto apresenta melhor resultado. Há agricultores que começam a plantar entre os meses de março e abril e outra em maio, após o período das chuvas. Cultiva-se duas diferentes variedades de alho como, cateto roxo e lavinia. São de boa aceitação no mercado por apresentarem cabeças grandes e bem formadas.

O trabalho é organizado entre proprietários, meeiros, e assalariados. Sendo o trabalho familiar mantido predominantemente nos três segmentos. Caracterizando o vínculo social com a terra. Os membros do grupo doméstico executam diferentes tarefas no roçado .

Após acertar a meia, o produtor recebe as sementes do dono da terra, dando início ao ciclo agrícola. Antes do plantio, o meeiro, faz a “limpa” que consiste em retirar o mato. Todo, o trabalho de preparação da terra que antecede ao plantio é tarefa realizada pelos homens. Após a limpeza do terreno, faz-se a adubação a aração, a depender das condições do proprietário . Utiliza-se adubo orgânico ou químico, arado ou trator. Em geral fornecido pelo proprietário. Alguns produtores preferem a aração com animais, alegando que o terreno fica mas fácil para trabalhar, embora reconheçam que o trator facilita e agiliza o serviço. Depois de arado é preciso “ planiar ” fazer as “ regas e “leiras. com “muito capricho” .

O plantio de alho na forma tradicional é feita em leiras ou canteiros, nas quais recebem um dente de alho em cada cova, no espaço de 5 a 15 cm, assim cada tarefa comporta de 20 a 30 pratos de dentes de alho. Quando se faz o plantio são os homens que abrem as covas com coviador, enquanto as mulheres vêm logo atrás colocando as sementes. As tarefas de terras necessitam em média de oito a 15 pessoas. Se a família do produtor não for suficiente, ele contrata pessoas por fora. A limpeza periódica das ervas daninhas que crescem ao redor do alho, em geral é executadas por mulheres e crianças utilizando a "enxadinha".

O alho é muito suscetível às pragas. Para isso as agriculturas possuem uma lista de treze produtos de agrotóxicos, que são aplicados doze vezes. As "mãos de veneno" são tarefas masculinas.¹³

Mês de outubro, um cheiro forte de alho, invade o povoado, é a colheita. Difícil encontrar pessoas nas ruas. A cidade fica deserta. Homens e mulheres e crianças de todas as idades; famílias inteiras, envolvidas na colheita¹⁴.

A colheita obedece quatro etapas. A primeira denominada de arranca. Consiste na colheita manual e seleção por tamanho do alho, ainda na roça. Em seguida o alho é transportado para casa ou depósito do dono da propriedade. Quando a roça é na "meia" o proprietário se encarregará do transporte. São fornecidos aos meeiros carros ou carroças.

Nos depósitos dos proprietários, cada meeiro possui um espaço reservado, para sua família e trabalhadores. Em média, gasta-se oito dias para cumprir todas as etapas. Este prazo deve ser rigorosamente obedecido, pois o alho não pode ser guardado verde. Segundo os informantes, o alho, amontoado dá "uma febre de quarenta graus e azula, por isso todos tem pressa".

¹³Já existe casos na área de contaminação por agrotóxicos, em geral aplicados sem nenhuma proteção. Contam as mulheres que, com o tempo as roupas enfraquecem e rasgam com facilidade quando vão lava-las.

¹⁴Ceguei ao distrito 11:00h, não havia ninguém na rua...achei, muito estranho; nenhuma criança. A cidade estava deserta (...). Ninguém atendeu a porta

Apartar e limpar é um processo mais rigoroso de seleção do alho. Separa-se "o miúdo do graúdo". Retira-se a "barba" (excesso de talos) e a terra seca. Estas tarefas são desenvolvidas por crianças de ambos os sexos e mulheres.

Após cumprida estas tarefas, o alho é levado para uma área e depositados por ordem de tamanho, pequeno médio e grandes. É deste local que as restadeiras¹⁵ recolhem o alho trançando-os. Em média cada restadeira produz de 100 a 150 réstias por dia. Cada réstia é formada com cinquenta a sessenta alhos, a depender do tamanho. A tarefa de restiar, exige certa habilidade. É uma tarefa predominante feminina, eventualmente feito por homens ou crianças. As restadeiras, iniciam as tranças com duas ou três cabeças de alho, prendendo entre os dedos do pé, colocando uma a uma alternadamente até que atinjam o meio da coxa, fazendo a "amarração" com palhas compridas ou um pano sobre as pernas, evitando picadas do mosquito "muquim", muito freqüente no alho e que causa uma grande coceira. Ao lado de cada restadeira, encontramos uma pilha de tranças. No final do dia é apurada sua produção.

Depois de restiado, o alho é levado ao sol para secar durante três dias, quando se efetuará a "meia"..

A última etapa deste processo é arrumar o alho em forma de fardo para a comercialização fora da região. O alho em proporções maiores é feita em forma de fardo. Este serviço é feito pelo enfardador, sendo para o proprietário a última parte da produção. Enfardar é empacotar o alho como se fossem embrulhos que pesam em média 50 Kg, exige-se do enfardador habilidade e força, pois os aspectos dos fardos garantem bons preços no mercado. Este serviço também é o melhor remunerado.

Observando vários depósitos podemos constatar que o modo de apartar, restiar e enfadar é o mesmo. O horário de trabalho inicia-se as 7:00, encerrando as 16:00. Quando a safra é grande muitos depósitos trabalham a

¹⁵Restiar o alho é fazer tranças.

noite. Durante o trabalho cantam, ouve-se história, piadas e fala-se da vida alheia.

Encerrada a colheita, o dono da terra deixará o alho algum tempo no depósito, aguardando um preço "bom" para comercializar o alho. Já o meeiro leva para casa a parte que lhe cabe na meia, não possuem depósito reservado para guardarem os produtos da roça. Os depósitos são reservados para guardar, todos os produtos da roça, materialização do esforço da unidade produtiva. São dos mais variados tamanhos, definindo o status do produtor. Estão nos limites das roças ou em casas residenciais reservadas para este fim.

No interior dos depósitos, o alho é empilhado por ordem de tamanho em forma de trança ou fardos, prontos para a comercialização. Exibidos com orgulho a todos os visitantes.

A relação de trabalho existente neste processo produtivo, não é peculiar à Caatinga do Moura. Loureiro (1977), estudou o parceiro em Goiás, cujas, formas de trabalho são semelhantes às dos meeiros da Caatinga, e constatou que a mesma tem múltiplos significados: "aumento da produtividade do trabalho, socialização dos custos e das perdas do empreendimento agrícola, diminuição dos "custos" de representação da força do trabalho com a Previdência Social, reserva de força do trabalho etc.(idem: 70)

Na Caatinga do Moura, a situação não é diferente, assim atestaram os proprietários:

" O meeiro sem terra, tem mais interesse, tem parte na lavoura, tem interesse na produção " .

" O trabalhador diarista não dá sangue.... prefiro o meeiro " .

Para Loureiro (ibidem) esta preferencia é dada porque o parceiro diferentemente do arrendatário, não tem autonomia ou controle total sobre o processo global de produção e também, diversamente do assalariado não perdeu de tudo "é exatamente esta autonomia parcial junto com a propriedade parcial dos meios de produção e dos produtos, que especifica a parceria e

que responde pela produtividade mas elevada do seu trabalho em relação ao assalariado.

Na nossa área em estudo meação e assalariamento também são usados complementar e articuladamente na exploração da força do trabalho e na garantia da rentabilidade. Reforçada pelo proprietário quando contrata vários meeiros para uma mesma propriedade. Estes por sua vez, trabalham com ajuda de toda família e ainda contratam diaristas.

Do ponto de vista dos pequenos produtores, eles preferem ser meeiros que assalariados, porque isto os dignifica junto aos vizinhos e amigos, possibilita o trabalho na terra e reafirma sua condição de camponês.

“ O dia está fora, eu sou meeiro, meu vizinho está vendo eu trabalhar todos os dias. Se eu precisar de dinheiro os amigos arranja “

“É bom ser meeiro... viver como diarista não dá, pouco ou muito agente tem na meia”

“ O alho é trabalhoso, mas se livrar a safra, rende”

“Meu marido comprou uma roça com o irmão... porque conseguiu livrar a safra e fizemos economia”

No entanto, não foi nossa proposta estudar meação enquanto relação de produção. Nossa análise não se prende à dimensão econômica. Ao nosso ver esta preferência na Caatinga do Moura pela meação além dos aspectos econômicos de rentabilidade funda-se numa aliança entre parentes para manutenção da terra, e entre o proprietário e o meeiro para a sobrevivência deste último. Ao ceder a terra na meia o proprietário dá também o direito do uso da água. Isto veremos no capítulo sobre o sistema de irrigação.

4.4 - DIMENSÃO SIMBÓLICA DO SISTEMA DE MEAÇÃO

Vejam agora, o modo pelo qual os nativos constróem sua visão em torno da meação. Veremos que as categorias que utilizam estão cheias de significados;

produto do “ vivido “, de experiências concretas. É neste sentido, diz Macedo (1986)” que as representações podem ser encaradas como constitutivas de mapeamento simbólico da realidade social” .

Proprietário:

“ muitas coisas que eu desejava possuir o alho me deu de mão beijada. Como o meu lar, muitas reformas, a formatura do meu filho (...) “.

Meeiro :

“ meeiro não tem direito. Aqui é o cativeiro “.

Proprietário :

“ não conheço outra terra igual, são mais de quarenta anos que recebo de lá os mais bonitos alhos (...) meu querido alho “.

Meeiro:

“ a fome chegou quando o alho chegou. Alho não bota na panela “.

Proprietário:

“ a roça é uma mãe, me dar tudo “.

Meeiro:

“ vida de meeiro é como aquele que tem dez porcos no chiqueiro, vai matando cada um até ficar o derradeiro “.

Proprietário:

“ meeiro é igual um sócio ... “.

Meeiro:

“ meeiro é obrigado, não tem meio para viver (...) o dono fica com a maior parte porque não gasta nada “.

Proprietário:

“ acho ótimo, a meia para mi tem dado resultado “.

Meeiro:

“ a gente vive porque Deus termina ... não tem nada de bom “.

Proprietário:

“ a roça é uma mãe ... “.

Meeiro:

“ isto aqui é castigo “.

Recorramos a Woortmann (1974), que fala de algumas categorias centrais, comuns, do universo camponês, como trabalho, família , liberdade e terra que os define do ponto de vista da ética e moral camponesa. Estas categorias nucleantes, agregam conjuntos de significações, as quais, em sua comunicação dentro do universo de representações se articulam e compõem uma totalidade. E se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios como honra e hierarquia.

Nos discursos dos produtores acima, temos explicitamente duas categorias: liberdade e cativo. De fato, a condição de pai trabalhador tem sua localização na terra, na roça “ espaço por excelência de realização do pai de família e de liberdade “. Isto é, considera-se a condição de liberto pelo camponês, a medida em que este enquanto pai tem controle sobre a terra e o trabalho. Contudo, a condição de meeiro em Caatinga do Moura, não realiza o pai, visto que, não pode deixar herança para o filho, nem a terra pode ser usada segundo suas necessidades. O meeiro só planta o que o dono manda, no tempo do dono da terra. Portanto, a meação na Caatinga do Moura seria, nos termos dessa “campesinidade “ discutida por Woortmann , a negação do

trabalho". Do ponto de vista de uma moralidade camponesa, terra sem sentido ao invés de ser a base da liberdade conduz ao cativo.

5

HOMENS, TERRA E ÁGUA

5.1 PRODUTORES

Da nascente, nos Olhos D'água, parte mais elevada do terreno até o Sumidor (onde o rio engruma) nenhum espaço é deixado vazio, por todo lado se vê o verde da plantação contrastando com o marrom do terreno. Na parte mais elevada encontramos algumas roças com feijão, tomate, alho e bananas. As bananeiras são plantadas paralelas ao rio bem próximo das margens até a localidade do Caboto. Quando descemos o vale a plantação de alho predomina na paisagem.

A forma de rodízio da terra, consiste em plantar alho, e após a sua colheita plantar feijão nesta mesma terra, para depois voltar a ocupá-la com alho. Alguns produtores intercalam na parcela do feijão, o milho. Esta é uma das razões porque a terra está esgotada e não "produz mais como antigamente" como dizem eles.

As propriedades de uma a cinco tarefas se distinguem das médias e grandes porque têm na família, o " locus da produção ". Todas no entanto, se utilizam de famílias meeiras nos trabalhos da lavoura, mas queremos salientar que nas pequenas propriedades encontramos a família enquanto unidade de produção e consumo.

Os membros do grupo domestico residem na casa e executam tarefas na roça e o que é obtido na roça é destinado ao consumo da própria família. Embora o alho não seja consumido diretamente, o resultado dessa venda é responsável pelos bens necessários à reprodução física e social da família. Diferentemente da grande e média propriedade, a família do pequeno proprietário está envolvida do plantio à colheita; crianças e mulheres participam de todas as etapas: no cultivo, na limpeza, arranca, no aparte e no preparo das réstias.

Curiosamente, temos um elemento comum entre todas as mulheres das três propriedades, lhes é reservado, pelo esposo, uma parcela de terra individual dentro da propriedade da família. E isto vale também para as roças de meias¹⁶. Sendo que a mulher da grande propriedade ao invés de receber uma parcela, comanda uma propriedade pequena. Contrata meeiros e administra sua roça. Porém, todas elas, são responsáveis desde o até cultivo a colheita, nestas parcelas. Na fase de arrear, todo o grupo familiar ajudará a mãe, e apurado o produto final elas compram bens de consumo para ela e os filhos, tais como: roupas, calçados, perfumes, etc., e utensílios domésticos. Fazem poupança para alguma eventualidade, uma " precisão " na família. Roçados individuais para os filhos são ocasionalmente cedidos na pequena e média propriedade, mediante solicitação dos mesmos quando querem comprar um bem pessoal ou emigrar.

" Aquela parte ali, eu não toco... é de meu filho..., ele vai para São Paulo encontrar com os irmãos (...) só ele trabalha ali, o que apurar é dele ".

Encontramos uma roça de cinco hectares, compra de dois irmãos dividida ao meio. A irmã cultivava da seguinte maneira sua área : um e meio hectare era de toda a família e estava sob a responsabilidade do marido. O restante deu, três pratos de semente de alho ao filho de nove anos, cinco pratos ao filho de dezesseis anos, cinco ao filho de quatoze anos e dez pratos plantava de meia com irmã, correspondendo vinte e três pratos de alho para um hectare. A renda produto final seria utilizada para a compra de uma bicicleta para o filho de nove anos e uma televisão para a família.

Heredia(1979), quando estudou os produtores da Zona da Mata, em Pernambuco, detectou roçados individuais de caráter permanente para toda a família, funcionava como indicadores de relação social que os envolviam, os " roçadinhos " , como denominava, assinalavam um caráter de autonomia relativa para quem usufruía, visto que sua existência implicava no reconhecimento de uma capacidade de desenvolver tarefas neles. " Para os

¹⁶ Isto foi também observado por Sylvia Maia (1985), entre pequenos produtores de fumo do município

filhos funcionava como aprendizagem e adestramento das técnicas, constituindo também como forma de internalização como norma do grupo” (Heredia:1979,154).

Na Caatinga do Moura, não é necessariamente, através do “roçadinho “ que o filho irá socializar-se, a terra é muito pequena e o pai não tem como dar a todos os filhos uma parcela individual, dando-os apenas em caráter provisório, para não comprometer o roçado familiar, responsável pelo abastecimento dos bens de consumo. A mãe no entanto é quem vai prover as necessidades dos filhos menores com sua parcela. Os filhos maiores trabalharão como diarista em outras roças e em fábricas de doces. É no próprio espaço da roça coletiva da família que o filho internaliza as técnicas e normas quando ajuda seu pai.

O alho é um produto basicamente comercial e vale lembrar que a introdução deste no vale foi comandada pelo Estado nas dimensões técnicas e financeiras; assistência técnica apoiada em créditos subsidiados.

Assim o alho passou a ser o principal produto de todas as propriedades do vale. Até a introdução do alho, existia para as unidades familiares meeiras roças “ livres “ de mantimentos com algumas criações. A meia do alho “expropriou “ os meeiros destas roças “livres “, uma vez que os proprietários não permitiram outras plantações e a meia do alho precariamente, repõe a subsistência da família. Além disso ficam suscetíveis às condições climáticas do ano, muitos perdem toda plantação não dando nem para repor a semente inicial. Desta forma, a partir da introdução do alho, a reprodução das unidades dar-se-á pela venda diária da força de trabalho pelo grupo doméstico, não de forma esporádica, ou complementar como o é, para o pequeno proprietário. A venda da força de trabalho pèlos meeiros é condição sine qua non da sua existência, pelo tempo que se destina e porque envolve toda família. Enquanto cuidam da roça de meia, trabalham como macaqueiros¹⁷ afim de não onerar custos da roça com empréstimo ao proprietário.

¹⁷Designação local dada ao trabalhador diarista.

O pequeno proprietário também recorre à diária. A causa desta situação parece estar nos suscetíveis processos de partilha desta área. É muito comum encontramos várias famílias nucleares sobrevivendo do mesmo pedaço de terra., o que os obriga, quando a terra não é suficiente, ao assalariamento. Estes são contratados pelos grandes e médios produtores.

De fato, às terras médias e grandes, são divididas por tarefas e trabalhadas por meeiros e diaristas. Encontramos duas roças de dez tarefas, uma havia seis e a outra cinco meeiros. Nesta, as dez tarefas estavam divididas entre uma parentela meeira há dezesseis anos. Cabendo a cada um, uma parcela. Sendo o pai o responsável pelo contrato da meia.

TABELA VIII
ÁREA OCUPADA POR INFORMANTES
1995

MEEIROS	TAREFAS	HECTARE
16	até 1	0,43
9	de 1 a 1,99	0,87
3	de 2 a 2,99	1,31
1	de 3 a 4,99	2,18
1	de 5 a 6	2,61

Fonte : levantamento de campo - 1995

A tabela acima, mostra que: dos trinta meeiros entrevistados, apenas dois (6,66%), estão em roças de dois hectares e os outros 28 meeiros (93,34%) estão em áreas com menos de um hectare. Temos assim uma situação "limite" na Caatinga do Moura. Famílias em áreas de menos de um hectare tendo que recorrer a atividades exteriores às roças, para aumentarem suas rendas.

Em meias de 1,30 hectares, entrevistamos uma família com doze filhos. Disse - nos que todos recorrem a diárias em outras propriedades ou nas casas de doces, para suprir a necessidade do grupo. Uma outra família meeira, trabalhava na mesma meia a trinta anos , o genitor completava renda com diárias na mesma propriedade das 5:00 às 7:00 horas da manhã, nos mais diferentes serviços, somente trabalhando na roça contratada de meia a partir das 8:00 horas. Temos ainda um proprietário de 66 anos possuidor de uma

tarefa com nove irmãos na localidade de Caboto, herança paterna. Mas recorre a meia, em uma propriedade a dezesseis anos. Como também quatro aposentados do FUNRURAL.

Semelhante processo, passaram os produtores de Coité (BA), estudados por Lovisolo (1989) após a introdução do sisal na área. O autor apresenta os limites da reprodução das unidades e as alternativas encontradas pelo grupo para continuarem na terra. Antes do sisal, os produtores podiam colocar seu gado em terras soltas. Com o cerco perderam esta fonte de renda, viram-se obrigados a vender o gado ficando somente três alternativas de geração de rendas para as famílias que permanecem nas unidades: a iniciação de alguma atividade comercial ou transformadora de produtos exteriores à unidade de produção; a venda de trabalho por tempo parcial na transformação principalmente da fibra de sisal e por último a venda temporária de produtos na cidade .

As alternativas para os produtores na Caatinga do Moura diante da situação limite de reprodução das unidades são: venda da força de trabalho nas diversas propriedade; nas fábricas de doces; nas fábricas de cal e a emigração . Esta tem significado diferentes para grupos camponeses, e para cada família em particular. Podendo ser ainda a migração, o sacrifício de alguns para a preservação do todo. Woortman E. (1995), distinguiu tres modalidades de migração. A primeira efetuada em geral por sitiantes fortes como um rito de passagem. "Todo jovem ao ser definido como maduro para o casamento, deve sair de Lagoa da Mata para conhecer o mundo (...) já para os sitiantes fraco esta migração poderá ser parte do conjunto de práticas destinadas à adquirir a terra." (Woortmnn, E. ,1995 :270).

Outro tipo de migração, de menor interesse para esta autora, é sazonal corresponde ao período de relativa vacância agrícola que tem o sentido de dar utilidade a força de trabalho que no local permaneceria ociosa.

O terceiro tipo de migração que denominou de definitiva, diz ser fundamental para a reprodução do grupo como um todo . Em todas as famílias alguns filhos

são 'expulsos' do sítio, tornando-se assalariados (...) o filho que migra perde o direito a terra. (idem).

Já é sabido que as terras na Caatinga do Moura não comportam mais uma fragmentação e a pressão demográfica inibe a reprodução das unidades familiares. Como solução todas as unidades tiveram sua prole reduzidas, mas diferentemente dos sítiantes em Lagoa da Mata, os que migram não perdem o direito à terra. São eles que vão subsidiar "possíveis" compras de terras ou ajudar no sustento da casa, remetendo numerário constantemente. É muito comum encontrarmos propriedades com vários herdeiros sob os cuidados de um ou dois irmãos. Um informante relatou que seu irmão morou vinte anos em São Paulo e em 1995, quando retornou a Caatinga do Moura, recebeu de volta a sua parte na propriedade.

Existe hoje em Jacobina um grupo organizado do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras. O trabalho político deste grupo nos últimos anos tem refletido na Caatinga do Moura, embora não se constatou nenhum roceiro integrante ao movimento. Pôr causa disso, alguns proprietários passaram a fazer Contrato de Parceria pôr escrito. Outros estão demitidos seus meeiros de muitos anos temerosos de reclamações na Justiça do Trabalho, causando tensão na área. Disse-nos um meeiro, que trabalhava para um proprietário há dezenove anos, quando este pediu-lhe que assinasse alguns papeis, com o qual o meeiro não aceitou dizendo que não era "costume" foi demitido pelo proprietário recebendo como indenização na Justiça do Trabalho uma "planta"¹⁸ "sem meia com o proprietário, isto é, ficando com toda a produção. Um outro proprietário temeroso com reclamações trabalhistas fez o seguinte contrato com o meeiro: dar cinco pratos de semente na meia e paga o meeiro semanalmente, arcando ainda com as despesas da roça. Alguns meeiros citam seu nome considerando um "bom" proprietário. Este proprietário acha que para evitar problemas trabalhistas, o meeiro deve ter uma parte da produção só para si independentemente do resultado final da renda, isto é, tira-se uma parte para o meeiro da produção bruta, antes da meia.

¹⁸Plantio da roça

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

Faint, illegible text in the upper middle section of the page.

Faint, illegible text in the middle section of the page.

Faint, illegible text in the lower middle section of the page.

Faint, illegible text in the lower section of the page.

Faint, illegible text near the bottom of the page.

Faint, illegible text at the very bottom of the page.



5.2 - TERRA : CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO VALE

Inexiste dados censitários no local sobre a malha fundiária. Os poucos dados obtidos foi catalogado através da Associação dos Agricultores. O Distrito tem uma área irrigável de 700 hectares mas ocupa efetivamente 510 tarefas, cerca de 213,38 hectares . Se consideramos o número de proprietários associados (239) com o tamanho da área irrigável teríamos 2,92 Hectares para cada produtor, porem a realidade do vale é outra. A propriedade está bem fragmentada, encontramos produtores em áreas de menos de 1,00 hectare .

Os proprietários do Vale são classificados como pequenos, médios ou grandes produtores. Esta definição determina o sistema de status local, dado pela posse da terra. Para a Associação dos agricultores, de acordo com a tabela abaixo, são "roceiros" os pequenos proprietários que possuem até 5,90 tarefas ou seja 2,46 hectares e se caracterizam ainda pela pequena produção. A categoria "proprietário" designa pessoas com propriedades acima deste percentual. Isto foi estabelecido pela capacidade produtiva do alho, que é de 3.000 Kg colhido por tarefa. ¹⁹ No entanto, a maior ou menor produção vai depender da localização da terra. Se está próxima ou longe da nascente. O Alho necessita de muita água, implicando na qualidade e na produção. Uma tarefa nos Olhos D'Água, local da nascente, custa em média R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ao passo que uma tarefa na localidade Caatinga do Porco, cerca de 20 Km da nascente, custa R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Nas áreas sequeiras a tarefa custa R\$ 150,00 (cento e cinqüenta reais). Quando transformamos tarefas em hectares constatamos que as propriedades na Caatinga do Moura estão abaixo do Módulo,²⁰ para a região que é de 60 hectares .

¹⁹ O preço do Kg do alho no mercado em 1995 era de um real

²⁰ O Módulo expressa a área necessária para subsistência de uma família com quatro forças produtivas de trabalho. Varia de região para região em função da fertilidade da terra e para o tipo de exploração - INCRA.

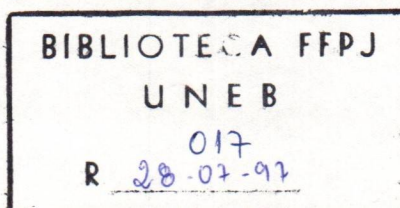


TABELA IX
CLASSIFICAÇÃO E QUANTIDADES DOS PRODUTORES RELATIVO AO
TAMANHO DAS PROPRIEDADES

PROPRIEDADE	ÁREA (Tarefa)	ÁREA (Hectare)	Nº PRODUTORES
PEQUENA	até 5,9	até 2,46	152
MÉDIA	6 ,0 a 9,9	2,47 a 4,14	55
GRANDE	> 10	4,15	32

A estrutura que os dados refletem é a incidência majoritária da pequena propriedade em todos os povoados. Do total, 63% são de pequenos proprietários detendo 27% das terras; 23% dos médios proprietários possuem 26%; e uma minoria de 14%, são donos de 47% de todas as terras. Isto corresponde a uma distribuição desigual de terra, fenômeno que reflete a concentração da mesma em mãos de poucos, observado em outras regiões do Bahia e do Brasil. Mas esta concentração não é tão acentuada na Caatinga, para provocar conflitos de terra. Além do mais, esta é uma terra de "parentela", uma família sempre esta ligada a outra por um parentesco longínquo.

O preço da terra assim como sua produtividade e o resultado da sua produção estão ligados ao sistema de irrigação local, o qual discutiremos a seguir.

5.3 - SISTEMA DE IRRIGAÇÃO

A agricultura da Caatinga do Moura se mantém a base de um sistema de irrigação tradicional por meio de tapagens e canais. Dos Olhos D'água, local onde foi construída a barragem, ao Cinzeiro, última localidade irrigável, o rio percorre 26,00 Km de extensão. Neste percurso temos dezoito tapagens com escavações de regos e canais num total de quinhentos. A água penetra através de todo o terreno por gravidade. Existem controvérsias sobre a construção dos canais de irrigação. Não obtivemos data precisa do início dessas obras. Fala-

se da época dos Engenhos e a construção pela mão de obra escrava. Até a data da construção da barragem os canais eram todos construídos em terra e as tapagens feitas com tábuas de madeira. Após a barragem, as tapagens sofreram reformas fazendo-se bases de concreto que servem de guias para as mesmas. É sabido que esse sistema não é peculiar à Caatinga do Moura. Várias localidades na Bahia possuem sistemas semelhantes, tais como Paramirim e Livramento de Brumado.

Há uma grande preocupação com a distribuição da água por medo das secas (ameaças constantes no sertão). Além, disto o volume de água do rio que corta o vale não é suficiente para a área irrigável. Isto agravou-se ainda mais, segundo os informantes, a partir da construção da barragem. Os moradores afirmaram que a barragem foi construída em local errado, ou seja: exatamente no local dos minadouros, chamados de olhos D'água. Estes minadouros, mesmo em tempo de grande estiagem supriam as roças. Associado a isto os produtores aumentaram suas áreas de cultivo e muitos estenderam roças próximo ao rio causando asoramento. Durante a construção foi injetado nata de cimento nos mesmos com a finalidade de estancar o fluxo d'água que interferia na obra. Contam ainda, os moradores que a barragem foi construída neste local devido a influência política de produtores locais para se beneficiarem das águas.

Considerando que, o volume da água, não é suficiente para a área irrigada, a utilização é disciplinada pela Associação dos Agricultores, através de um Regimento, onde fixa as condições e horário de uso da água. A Associação tenta minimizar o conflito da água, mas nem sempre consegue, principalmente em períodos de grandes estiagem. Regimento aprovado em Assembléia de 11 de julho de 1987, estabelece que todos os proprietários do vale que usam a água para irrigação obedeçam os horários fixados. No entanto, o Regimento não traz nenhuma penalidade para aqueles que não obedecerem ao horário, fato observado na área. Os critérios para utilização da água para irrigação encontram-se estabelecido no artigo 5º do Vº ponto do Regimento de Complemento do Estatuto da Associação. São os seguintes:

a) Das 18: 00 h de 3ª feira as 18:00 h de 4º feira, será distribuída da "Pedra do Mocó" a tapagem de José Rodrigues.

b) Das 18:00 h de 4ª feira às 05:00 h de 5ª feira, será distribuída da tapagem de José Rodrigues à tapagem de " Caatinga do Porco ".

c) 05:00 h às 18:00 h de 5ª feira, será distribuída da tapagem de Caatinga do Porco à tapagem do Genipapo.

d) Das 18:00 h de 5ª feira às 12:00 h de 6ª feira, será distribuída da tapagem do Jenipapo á tapagem da Velha Nila.

e) Das 12:00 h de 6ª feira às 18:00 h de 3ª feira, será distribuída da Tapagem de João Felix à Tapagem de Liorbina

O Estatuto estabelece ainda que o agricultor estará livre para cultivar sua área em 100%, se a barragem estiver acima da capacidade de vazão.

Pelo regulamento, as roças que deveriam ser beneficiadas primeiro com água, são justamente as mais distantes da barragem. Aquelas que se servem da tapagem da Pedra do Mocó. A água correria diretamente a esta tapagem enchendo todo o rio, para penetrar nos canais. Os produtores molhariam suas roças horário estabelecido, liberando em seguida para o vizinho. Teoricamente se ganharia tempo se assim os produtores procedessem e, se houvesse água suficiente para todos.

Contudo quando se observa a dinâmica do sistema é notório as queixas sobre infratores, como dizem eles "muitos roubam as horas de regras". Os produtores fecham o local em que o rego penetra na propriedade do vizinho e abrem as suas. Além de cultivar a roça o produtor precisa vigiar a " molhação ". As vezes paga-se alguém para tomar conta das tapagens; por exemplo a tapagem da vovó é uma bifurcação entre sede e lagoa, é muito importante beneficia muitas roças .Se um produtor com roça na lagoa, quiser molhar a plantação, deverá vigiar esta tapagem no seu horário ou pagar a alguém para fazê-lo, até complete a "molhação". Formam-se grupos para pernoitar junto às

tapagens principais. O roubo das horas de água se dá sutilmente, e envolve parentes, amigos e compadres. Vejamos alguns depoimentos :

“ estava na roça (...), a água não chegava (...), fui na tapagem, num teve jeito, o sujeito estava escondido no mato, quando sai, ele tapou de novo “ (...) “ Voltei, é essa luta o dia todo .É preciso deixar uma pessoa o tempo todo olhando a molhação se não a água não chega; pago a diária “.

“Quando é um valente agente deixa pra lá, para evitar briga.Tem deles ai que anda armado”

“O proprietário não se envolve, briga de água é sempre culpa de meeiro”

No caso de parente roubar água é como disse um meeiro, “ agente se desculpa e fica nisso mesmo “. Confessam que com um parente, compadre, ou mesmo um vizinho “ bom ”, chegam a dividir a pouca água que penetra na sua plantação. Para isso, tapa parcialmente o canal que irriga sua roça, dando uma “ rebaixa ” na água, isto é, parte de sua água passa a irrigar a roça vizinha.

Os meeiros quando comentam sobre o assunto da irrigação, falam com desolação; “vida dura do vale...” Muitos confessam não dormir, porque precisam vigiar as tapagens. Evitam contratar diaristas para este serviço para não onerar mais ainda, sua dívida com o dono da propriedade.

“A vida do meeiro é difícil, enquanto o dono dorme, agente fica subindo e descendo o vale para molhar roça”.

Cada tapagem alimenta um número considerado de roças. A mais vigiada é a Tapagem da Vovó. Esta tapagem alimenta a localidade da Lagoa (70 %) e o canal da Caatinga do Moura (sede) (30 %), das dozes horas de Sexta feira às dezoito horas de terça -feira .Durante o período de estiagem esta tapagem é a mais visitada.

Na área não existe delegacia. Nos casos relatados de tiro e facadas, não houve prisão. Os conflitos são resolvidos no âmbito local.

As declarações dos entrevistados não são completas. Com muita dificuldade conseguimos que alguns, falassem dos conflitos sobre as brigas de água, Só depois de nossa nona visita se admitiu as brigas. Nesses relatos, dois casos deixaram surpresa. Certa vez conversando com um meeiro, sobre as brigas de roubos de água, ele subitamente revelou:

" Olhe, eu não sou bonzinho como você pensa. Eu também roubo água ".

Ninguém jamais havia confessado que roubava água, sempre é o vizinho. Outro caso foi um jovem meeiro de 34 anos, que no nosso primeiro contato, havia nos falado de uma briga, onde um dos oponentes cortou a mão do outro com facção. Na nossa última entrevista, disse - nos como uma confissão, que fora seu pai que cortara a mão da pessoa.

No inferir ^{de Kump} deste sistema de irrigação contatamos que a meação é mediada por uma rede de parentesco e compadrio. O fato de no campesinato a venda e compra da terra ser feita entre parentes-herdeiros já foi estudado por diversos autores, tais como: Heredia (1979), Moura (1978), etc. Porém, na Caatinga do Moura este fato é reforçado pelo compra coletiva da terra entre parentes e compadres, devido a especificidade do sistema de irrigação, (como veremos no capítulo seguinte), sendo necessário laços de boa vizinhança sobretudo com o parente. Exemplo disso, é quando um produtor em tempo de seca divide seu horário de água com o vizinho na mesma tapagem. " Dar uma rebaixa " como chamam, reflete um ato de grande reciprocidade. Esta questão nos leva a entender como se dá o acesso à terra em Caatinga do Moura.

MECANISMOS DE ACESSO A TERRA

Lembremos que Moura, historiciza o grupo, mas o grupo não reconhece a descendência. Os ancestrais foram dados por famílias que vieram depois de Moura. Os Marques; Carvalho; Silva; Barbosa; Mesquita; etc. São várias famílias troncos que passaram a trabalhar na mesma terra, então a descendência se faz de vários troncos ao mesmo tempo. O testamento de Manoel José Marques separou o seu tronco quando estabeleceu os direitos de heranças sobre seus descendentes. Mas nem por isso, deixou de ser a Caatinga do Moura "território de parentesco". As demais famílias continuaram trabalhando na mesma terra, mediatizada por relações de parentescos, talvez por isto, todos na localidade se dizem parentes, mesmo que se trate de um parentesco distante. Assim, podemos compreender porque o número de pessoas que não pertence às famílias Marques e Carvalhos possuem terras na vazante, quando as regras de herança estabelecia a endogamia do grupo.

Outro elemento que devemos levar em consideração é que as regras prescritas nos inventários não impediram que as propriedades fossem fragmentadas em várias partes descontínuas facilitando as compras pelos " não parentes ". Muitos dos pequenos proprietários da Caatinga do Moura descendem destas famílias. Contam que no passado, seus pais e avós tiveram acesso à terra porque desenvolviam outras atividades além da meia: como tropeiros, vaqueiros e comerciantes. A terra também não era escassa, permitindo a mobilidade do grupo. Estas sucessivas partilhas, contribuíram para alocar famílias antes proprietárias, em áreas de menos de um hectare. A solução encontrada nos arranjos de herança, para evitar a maior fragmentação foi tornar meeiros alguns. Com isto, ocorreu entre esses grupos, alianças de casamentos facilitando a compra de terras pelos " não parentes " nas áreas de vazantes. Hoje uma das maneiras de se ter acesso às terras por pequenos proprietários e meeiros é livrando safras, ou seja, no final da colheita e após tirado todos os custos obtenha lucro.

Um dos aspectos mais importantes na compra e venda de terras detectado em Caatinga do Moura é a relação entre aliança feita com parentes e o sistema de irrigação. Alegam os produtores que para manter um cultivo, desde a época do plantio até a colheita, é necessário que seja respeitado as normas do sistema de irrigação. Se o vizinho é um parente, a produção está garantida porque um não iria prejudicar o outro na distribuição da água. Desta forma, foi estabelecido que havendo terras disponíveis para compras / vendas, a preferência deve ser dada ao parente consanguíneo. Não havendo comprador nesse grau de parentesco, deve-se buscar entre os parentes colaterais. Em último caso, recorre-se a um compadre. Não havendo quem compre, os parentes se quotizam, adquirem a terra até que algum parente possa comprá-las.

“gente de fora não dá certo, porque não tem costume com o plantio e com a labuta da água. Vai fazer confusão”

Quando falam o de “fora” não estão falando dos que não nasceram na Caatinga mas, aqueles que desconhecem o sistema de irrigação. O de “dentro” é aquele que conhece o vale, deve saber manejar a água, ter conhecimento de como funciona o sistema de irrigação, principalmente as tapagens e canais, pontos dos conflitos. Assim o potencial comprador deverá ter a qualidade de parente para passar a pertencer ao grupo que são “de dentro”, o direito de trabalhar a terra - o meeiro. Não existe de fato, uma certeza que o parente garanta a aliança. Porém todos concordam que com o parente ou compadre as negociações se dão de forma menos conflituosa.

A regra é para “ego” casar com alguém de “dentro” - endogamia de localidade. Porém, proprietários não estabelecem alianças de casamento com meeiros. O que não é a regra para “roceiros” em relação aos meeiros. O casamento com pessoas de fora da localidade não é bem visto, por nenhum dos grupos. Nos casos existentes, as propriedades estão sendo dirigidas por meeiros.

As relações de Compadrio são também importantes para o acesso à terra. Meeiros e pequenos proprietários escolhem para padrinhos de seus filhos

peças de status superior. Visto que o padrinho mantém com o afilhado relações de obrigação social e ritual". Em Woorttann (1995), o compadrio é uma forma de parentesco ritual. Através do batizado, uma criança é transformada em parente. É uma forma de reafirmar uma relação de amizade, onde se consolidará uma relação de vizinhança, sendo importante na construção de redes sociais. Diz ainda: "toda criança ao ser batizada ganha um padrinho, um "pai espiritual", e uma madrinha "mãe espiritual".

Na área em estudo é o padrinho que vai promover esta passagem, primeiro pagando as despesas do batizado. Após a cerimônia está criado o vínculo padrinho/afilhado. Um é visto como pai o outro como filho. "consideração é igual ou melhor". O padrinho comprará remédios, roupas, bens de uso pessoal, sempre que solicitado.; alguns viabilizam a compra de terreno ou da casa para o afilhado quando este vai se casar, ou parte do enxoval da noiva; outros presenteiam seus afilhados com algum tipo de criação. Observa-se portanto, um sentido simbólico e prático nesta relação .

No tocante ao acesso à terra, filhos de meeiros, afilhados de proprietários receberão parte da doação de terras se forem criados pelos padrinhos. Fato constatado nos inventários do século XIX, persistindo até os dias de hoje.

As relações de compadrio possuem pontos relevantes, considerando, neste caso quem é convidado ou quem convida. Salienta Woorttann (idem), que a escolha de compadres dentro do mesmo status social (relação horizontal), reforça os laços de parentesco. Já o compadrio "extensivo" recrutado fora do círculo de parentes, amplia a rede de relações de solidariedade, criando vínculos alternativos e análogos ao parentesco, e o compadrio "vertical" que implica relações de status superiores, caracterizando relações de patronagem.

Dissemos no início, que os meeiros e pequenos proprietários em Caatiga do Moura, preferem para compadres pessoas de status superior. Esta afirmativa é verdadeira para casos isolados. Entretanto, o compadrio "vertical" e o "extensivo", são os que atendem as necessidades do grupo como um todo. Porque, além de serem estabelecidos por pessoas de "dentro", ampliam a rede

de relações sociais. A escolha do compadrio "vertical" por exemplo, facilita o acesso a terra, tanto para meeiros como proprietários, visto que, esta relação se dá com pessoas de status superior, no caso de Caatinga, como médios e grandes proprietários. Já o compadrio "extensivo" é usado para fortalecer as relações de vizinhança, como vimos, no capítulo anterior quando os meeiros, declararam que, com parentes, amigos e compadres dividem a água escassa, formam grupos que pernoitam nas tapagens, Isto demonstra que o "parentesco ritual" em Caatinga do Moura foi ampliado ao processo produtivo, reafirmando as relações de amizade e vizinhança.

CONCLUSÃO

Ao reconstituirmos a história dos pequenos produtores, descobrimos que "roceiros" e "meeiros" organizam seu trabalho de forma semelhante, tendo na família a base de produção e consumo. Caatinga do Moura é uma terra de parentela, entendida por seus moradores, ora por pertencerem a um ascendente comum, ou por pertencerem a um ancestral comum.

A tradição da meia, coexistiu no século XIX, juntamente ao modo de produção escravista, através das relações de trabalho desenvolvida por lavradores e pelo "protocampesinato" escravo. A organização social do vale neste período esteve fundamentada no regime patrilocal mediada por relações de compadrio com relações sociais bastante diversificada: escravos, moradores, agregados, proprietários e lavradores. Sendo este último, o grande contingente de mão-de-obra escrava, indicativo que a produção do vale estava voltada para maiores mercados e detinha grandes recursos. O que fugiu à regra das demais "áreas úmidas do sertão" neste período.

Vimos o que significou a introdução do alho na vida destes pequenos produtores e seus diversos significados. A meia passou a ser associada à fome e cativeiro, em oposição ao passado de fartura, onde todos tinham terra para plantar. Isto porque, a terra não podia mais ser usada conforme a necessidade do produtor, devendo atender ao mercado. Até 1940, a "meia" qualificava o pai camponês, que experimentava de certa mobilidade e através do excedente da produção, podia deixar herança para os filhos. Esta autonomia do meeiro era dada pela presença das "roças de mantimentos" e por criações de pequeno porte.

Porém, o alho modificou o processo produtivo e as relações de trabalho. A meação na Caatinga do Moura, passou a configurar-se numa relação assimétrica, tanto na participação das partes na realização do processo produtivo, quanto nos rendimentos obtidos pelos proprietários da terra. O alho foi plantado em regime de grande escala, ocupando toda área irrigável,

inclusive, nas antigas roças cedidas pelo proprietário para o plantio de culturas de subsistência. Exige cuidados e trabalho durante o ano inteiro, sendo necessário um maior contingente de mão-de-obra. O pequeno produtor além da família, precisa contratar trabalhadores desde o movimento do plantio até colheita. Não tendo mais sua principal fonte de renda (produtos das roças de mantimentos e criações) se vêem, obrigados a tomar empréstimo ao proprietário para pagarem aos trabalhadores e suprirem todas as necessidades da família, ou assalariar-se constantemente nas roças de diversos proprietários e nas fabricas de doces.

Como vimos a preferência na Caatinga do Moura, tanto do proprietário da terra como meeiros pela meação, além dos aspectos econômicos de rentabilidade, funda-se numa aliança entre parentes para a manutenção da terra em mãos dos mesmos proprietários e meeiros; dado a especificidade do sistema de irrigação. O conflito existente na Caatinga do Moura, não é pela terra, mas por causa da água. Sendo esta escassa, a solidariedade deve ser constantemente ativada. O agregado, ex - escravo, foi transformado em meeiro com o casamento no século XIX. Porque sendo de "dentro" podia exercer esta reciprocidade. Hoje podemos inferir que: a compra da terra por grupos de parentes; a meação e as relações de compadrio, são parte de um processo social funcionado como situação de ajuste ao conflito latente. Provocando mesmo, a diminuição deste conflito, na área irrigável. Mas, este conflito, é negado pelos produtores, os quais já assimilaram estas relações como forma de organizar o social. Na verdade elas formam um conjunto de mecanismos para a sobrevivência do grupo como um todo. Em suma, todas estas estratégias de acesso a terra, contribui para reduzir as tensões dentro do vale principalmente no que diz respeito à irrigação.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU FILHO. 1980 - Parentesco e Identidade Social. Anuário Antropológico /
80. Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- ANTONIL, JOÃO. 1967 - Cultura e Opulência do Brasil. Texto da Edição de 1711. Introdução e Vocabulário por A Canabrava. Companhia Editora Nacional.
- ANDRADE, M. C. de. 1973 - A terra e o homem no Nordeste. Brasiliense, São Paulo.
- BRANDÃO, A. M. e CARDOSO, S. A. (Orgs) - 1993. Jacobina:
- CANDIDO .A . 1978 - Os Parceiros do Rio Bonito. Duas Cidades, São Paulo.
- CARDOSO. CFS. 1987 - Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas. Brasiliense, São Paulo.
- COSTA, R. M. O Capa verde: transformações econômicas e representações ideológicas dos trabalhadores do sisal.
- FORMAN, SHEPARD. 1979 - Camponeses : Sua participação no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- HEREDIA. A. E 1979 - A Morada da Vida: trabalho familiar de Pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro
- JAMBEIRO, M. B. de 1972 - Engenhos de Rapadura. Instituto de Estudos Brasileiros da Univerddade de São Paulo. USP.
- LOVISOLO, H. R. 1989 - Terra, Trabalho e Capital: Produção familiar e Acumulação UNICAMP, Campinas.
- LOREIRO, M. R. G. 1977 - Parceria e Capitalismo. Zahar. Rio de Janeiro.

MOURA M.M.1978 - Os herdeiros da Terra: Parentesco herança numa área rural. Hucitec, São Paulo.

----- 1986 - Camponeses. Ática, São Paulo.

----- 1988 - Os deserdados da terra: lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão da terra, camponês no sertão de Minas Gerais. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

MACEDO - Tempo de gênese: O povo das Comunidades Eclesiais de Base. Brasiliense, São Paulo.

MARTINS, JOSÉ SOUZA. 1983 - Os campones e a política no Brasil: as lutas Sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro.

QUEIROZ, M.I. 1973 - O Sitante Tradicional e o Problema do Campesinato Brasileiro. Vozes, USP, São Paulo.

----- 1973 - Bairros rurais Paulistas. Dinâmica das relações no bairro rural. Duas Cidades . São Paulo.

SCHWART STUART. 1988 - Segredos Internos. Engenhos e escravos na Sociedade Colonial. Companhia das Letras, São paulo.

SOARES, LUIS EDUARDO. 1981 - Campesinato : Ideologia e Política. Zahar, Rio de Janeiro.

WOLF, E. 1973 - Sociedades Camponesas. Zahar, Rio de Janeiro.

WOORTMANN, E. F. 1983 - O sitio Camponês. Anuário Antropológico / 81. Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

----- 1995. Herdeiros Parentes Compadres . Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Hucitec, São Paulo.

----- Parentesco e Reprodução Social. Ciências Hoje / 85. Cortez
Editora / NA POCS, São Paulo.

WOORTMANN, K. 1977 - Reconsiderando o Parentesco. Anuário
Antropológico 76. Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

APEB, Seção Judiciária

Inventários e Testamentos. Cidade Jacobina

..... Presidência da Província. Viação Obras Públicas / 1845 a 1865

Seção Arquivo Colonial e Provincial / m. 4886

..... Registro Eclesiais de Terra. m. 4723 e m. 4724

ANEXOS

TABELA IV
 DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DO ALHO
 JACOBINA 1970 - 1993

PRODUTO	1970		1975		1980		1985		1990		1993	
	Área	Produto	Área	Produto	Área	Produto	Área	Produto	Área	Produto	Área	Produto
Bahia	743,00	672,00	500,00	1.500,00	575,00	1.519,00	704,00	1.905,00	845,00	2.845,00	1.020,00	3.815,00
Jacobina		359,00	40,00	300,00	68,00	102,00	138,00	262,00	130,00	351,00	80,00	174,00

Fonte : IBGE
 Produção em toneladas
 Área em hectare

TABELA V
 DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DO ALHO
 JACOBINA 1990 - 1995

PRODUTO	1990		1991		1992		1993		1994		1995	
	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.
Alho	1300,00	351,00	40,00	100,00	140,00	350,00	80,00	174,00	105,00	319,00	-	60,00

Fonte : IBGE
 Produção em tonelada
 Área em hectare

TABELA VII
DOMICÍLIOS
CAATINGA DO MOURA 1991

Especificação	Domicílio	Pessoa	Mor. / Dom.	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
				URBANO			RURAL		
				Domicílio	Pessoa	Mor. / Dom.	Domicílio	Pessoa	Mor. / Dom.
Caatinga do Moura	1.916	8.849	4,62	689	2.948	4,28	1.227	5.901	4,81

Fonte : IBGE - Censo demográfico de 1991

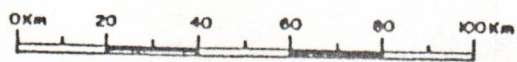
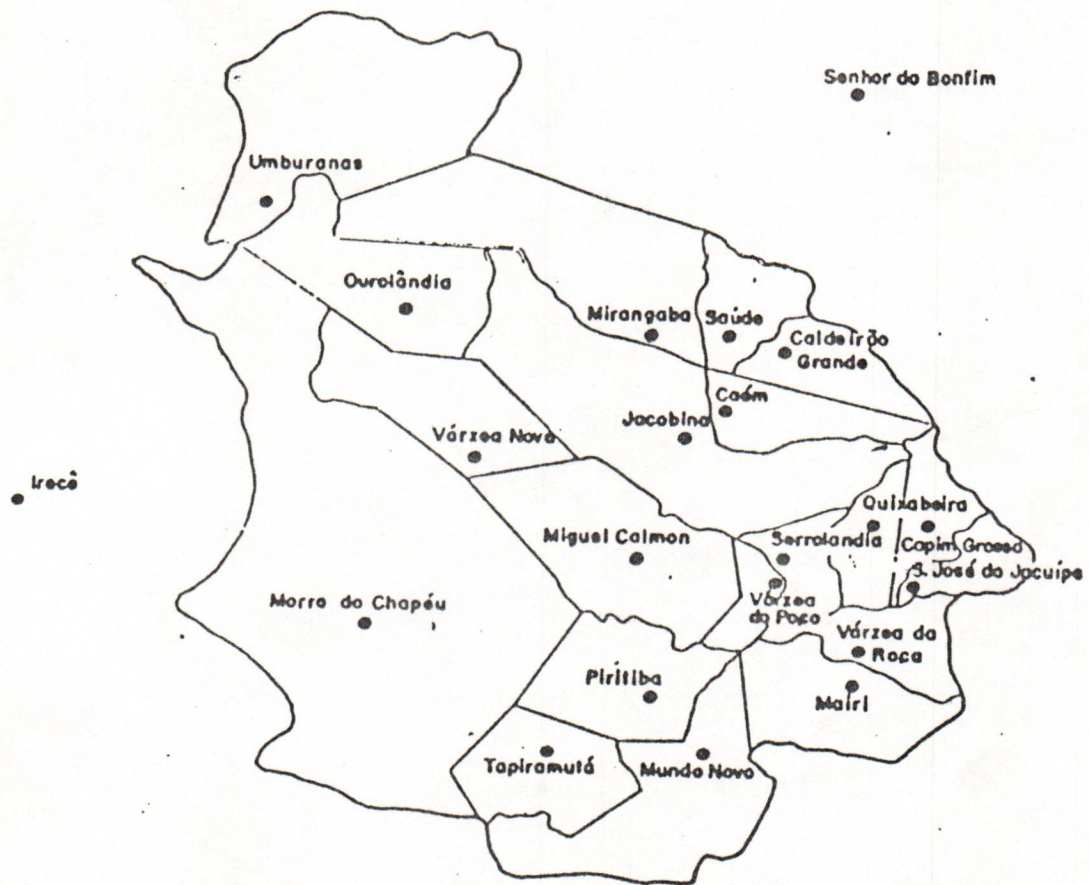
Mor. / Dom. = Média de moradores por domicílio

MAPA A

LOCALIZAÇÃO DE JACOBINA



MAPA B MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JACOBINA

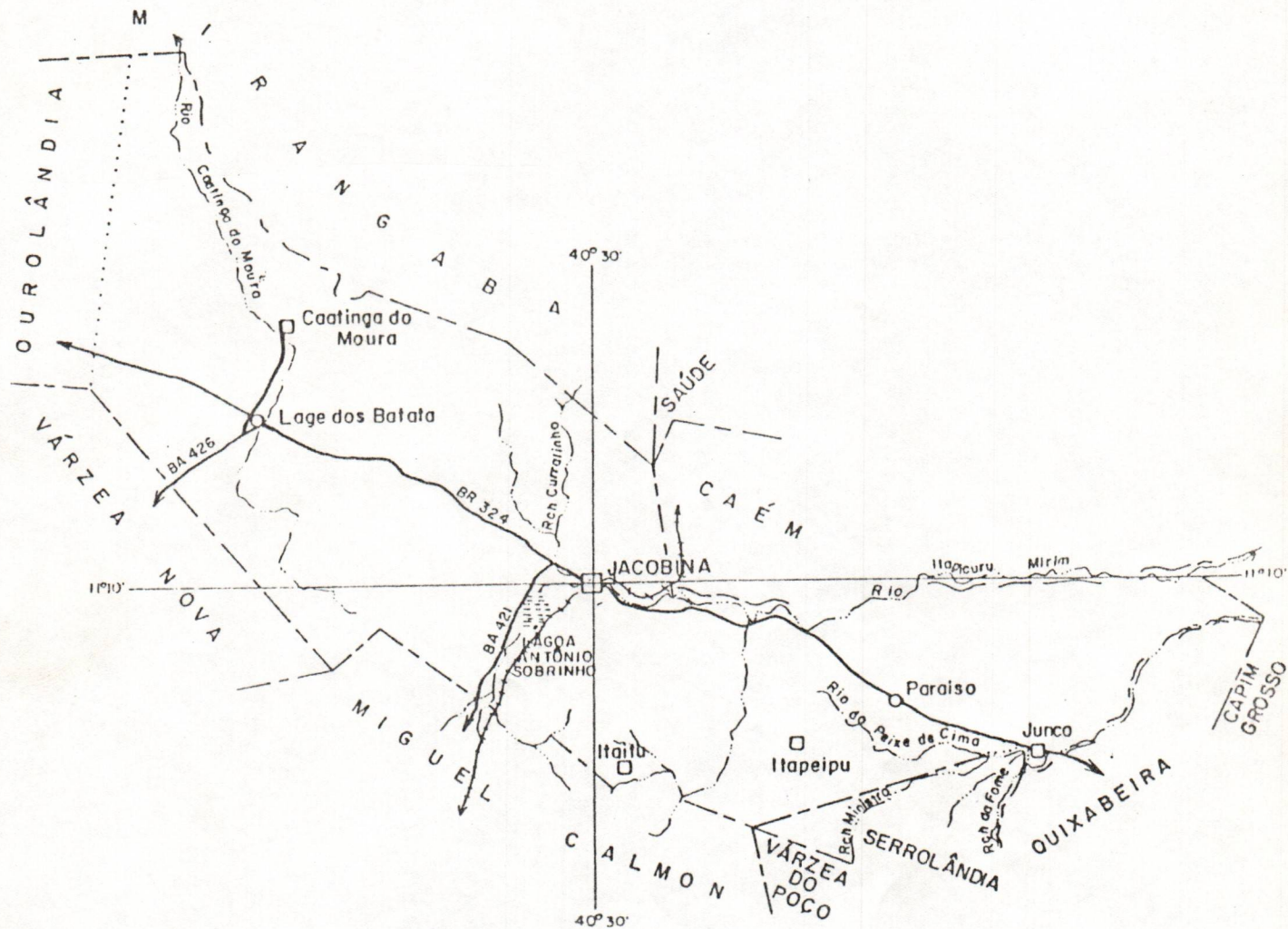


ESCALA

Itaberaba

MAPA C

MUNICÍPIO DE JACOBINA

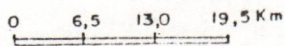


Mapa provisório sujeito a alteração

FONTE: CEI

BASE CARTOGRÁFICA: Folhas Topográficas, Esc. 1/100.000

IBGE



CIDADE

VILA

POVOADO

LIMITE INTERESTADUAL

LIMITE INTERMUNICIPAL

LIMITE PROVISÓRIO

RODOVIA PAVIMENTADA

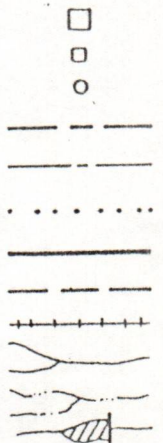
RODOVIA IMPLANTADA

FERROVIA

CURSO D'ÁGUA PERMANENTE

CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE

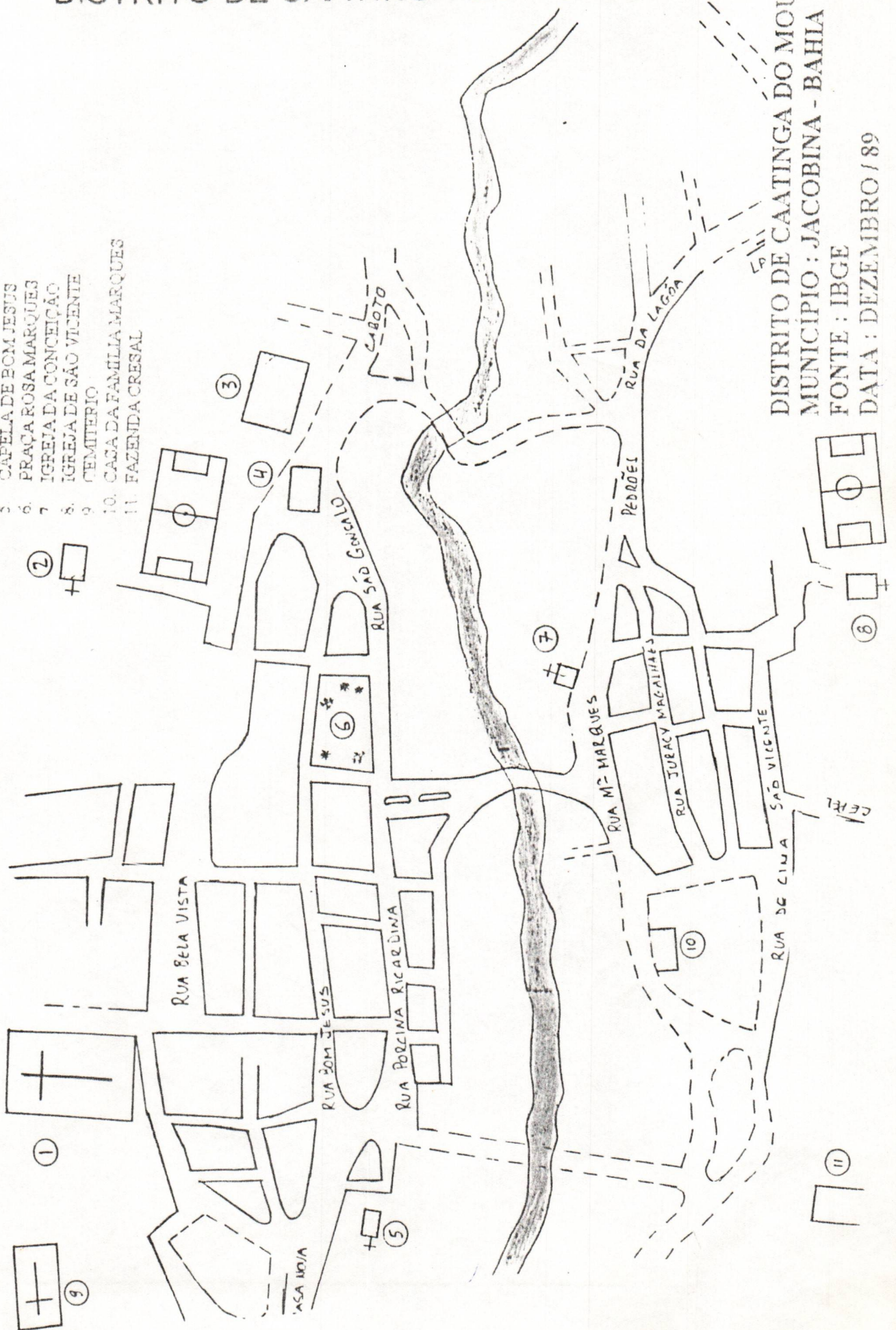
AÇUDE, BARRAGEM, REPRESA



MAPA D

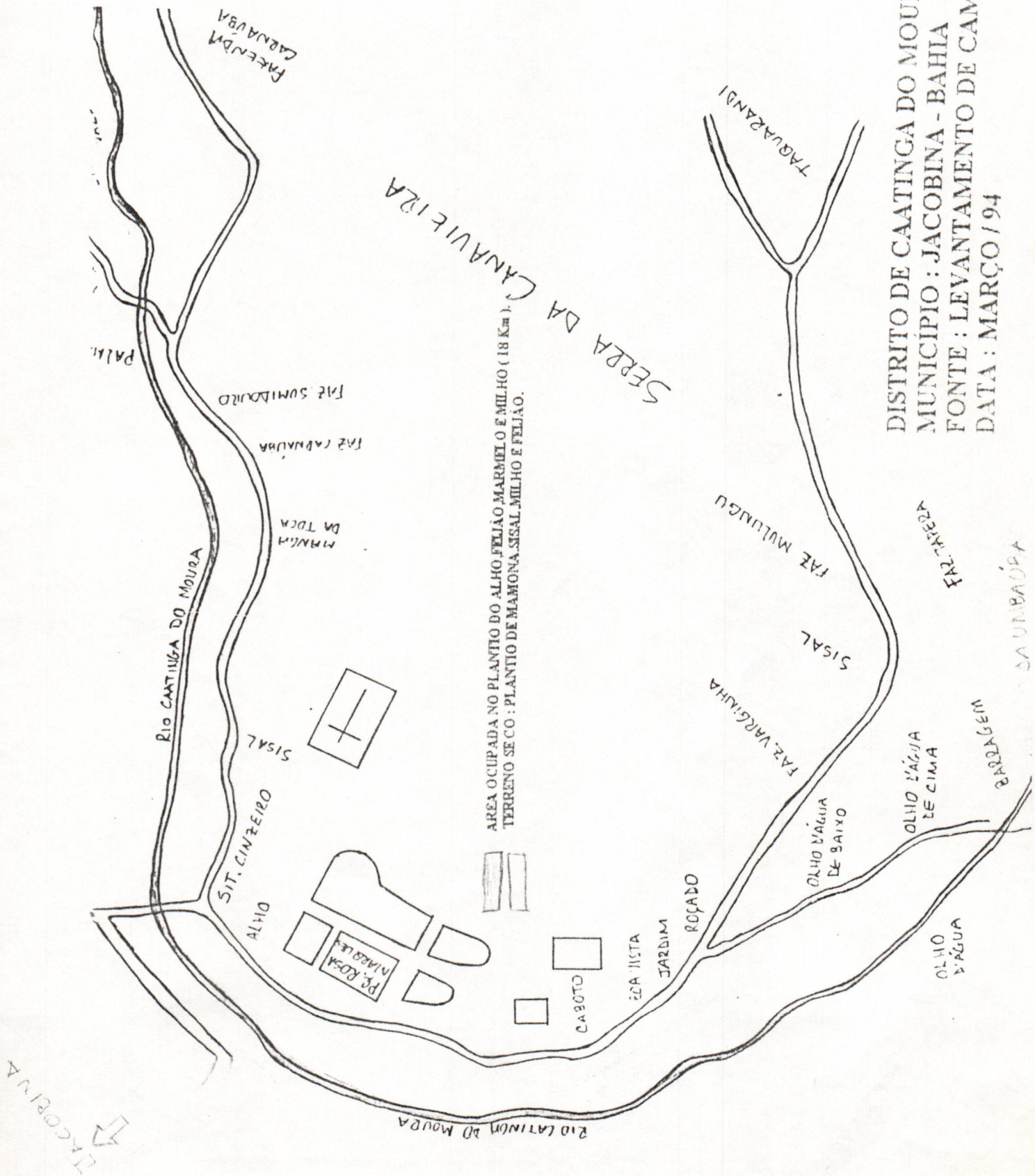
DISTRITO DE CAATINGA DO MOURA

- LEGENDA
1. CEMITÉRIO
 2. IGREJA DA MATRIZ DO BOM JESUS DA GLORIA
 3. GINÁSIO JOSÉ ANTONIO DE CARVALHO
 4. CORFEIO
 5. CAPELA DE BOM JESUS
 6. PRAÇA ROSA MARQUES
 7. IGREJA DA CONCEIÇÃO
 8. IGREJA DE SÃO VICENTE
 9. CEMITÉRIO
 10. CASA DA FAMILIA MARQUES
 11. FAZENDA CRESAL



DISTRITO DE CAATINGA DO MOURA
 MUNICÍPIO : JACOBINA - BAHIA
 FONTE : IBGE
 DATA : DEZEMBRO / 89

MAPA E LOCALIZAÇÃO DAS ROÇAS



ÁREA OCUPADA NO PLANTIO DO ALHO, FELIÃO, MARMELO E MILHO (18 Km).
 TERRENO SECO: PLANTIO DE MAMONA, SISAL, MILHO E FELIÃO.

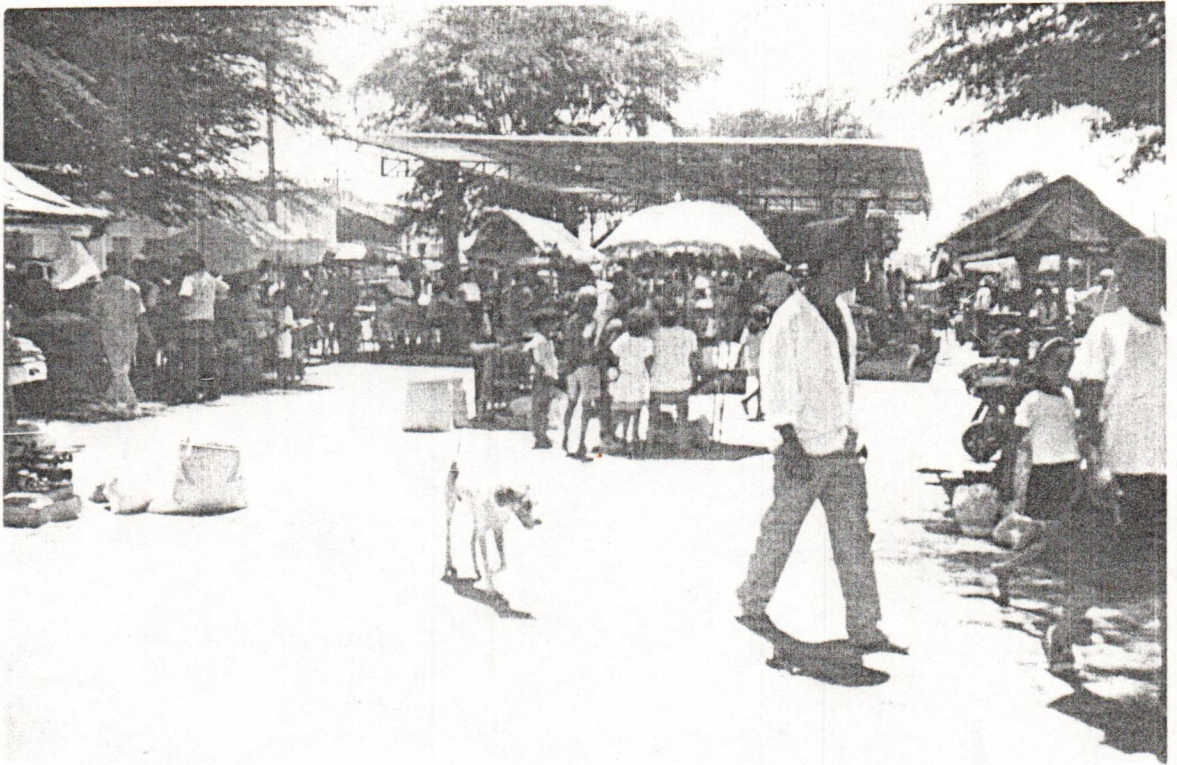
DISTRITO DE CAATINGA DO MOURA
 MUNICÍPIO: JACOBINA - BAHIA
 FONTE: LEVANTAMENTO DE CAMPO
 DATA: MARÇO/94



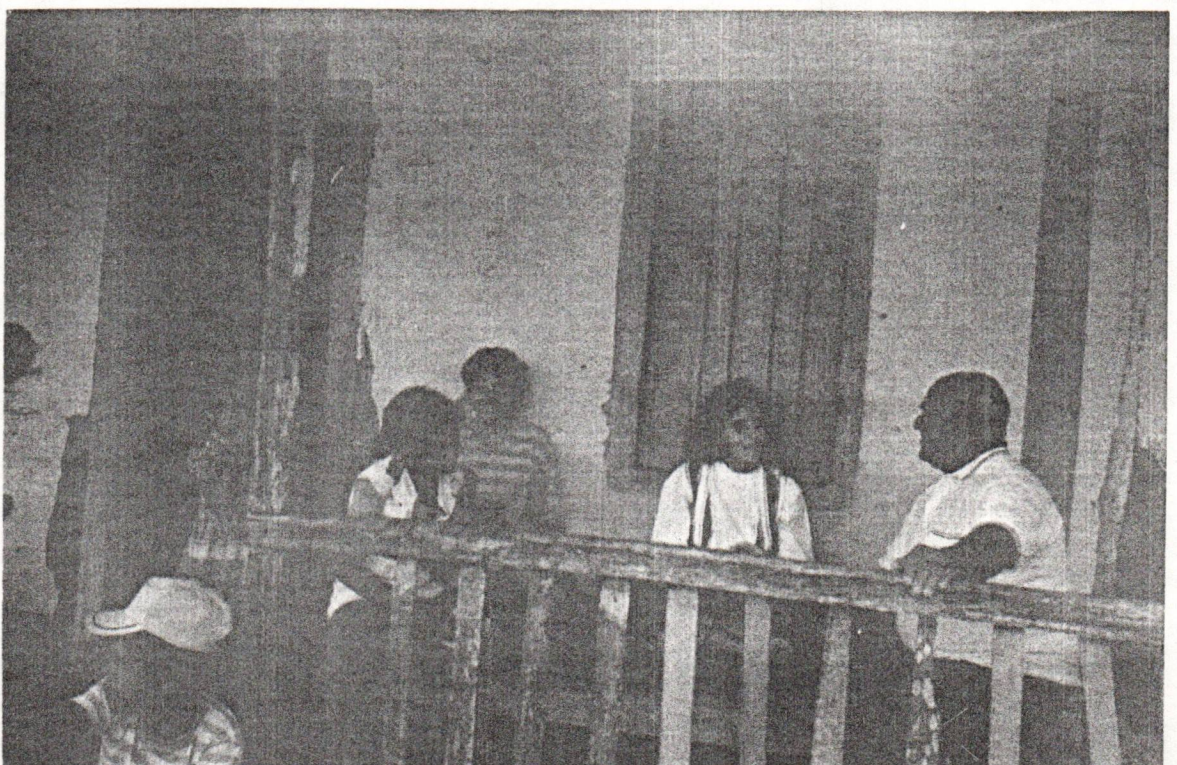
FAMÍLIA DE MEEIROS



FAMÍLIA DE "ROCEIROS"



A FEIRA



COLETANDO HISTÓRIA DE VIDA



PRACA ROSA MARQUES



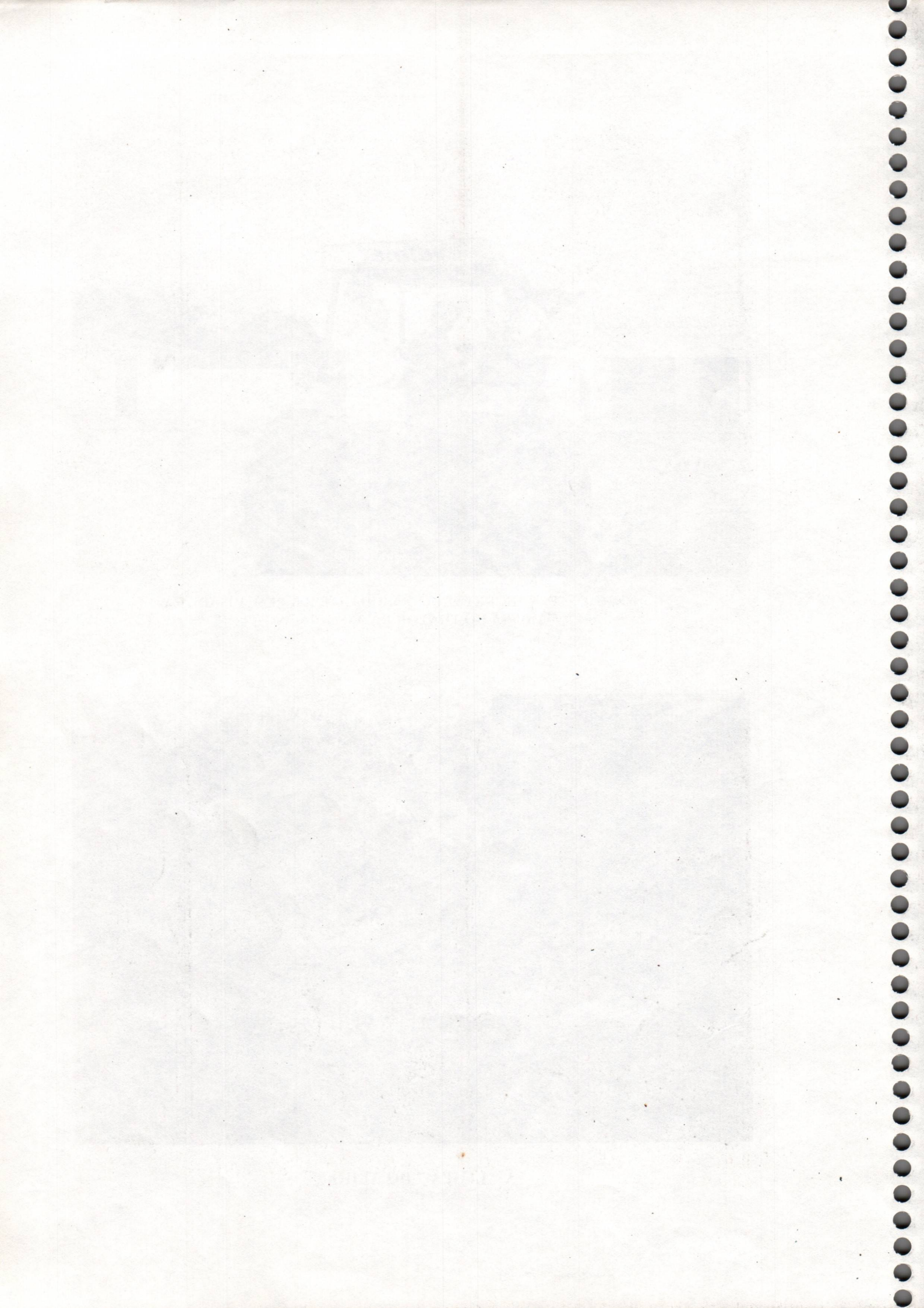
Sr. CHICO E SUA NETA



O PRESIDENTE, A SECRETÁRIA, O AJUDANTE E A PESQUISADORA.
CARONA NO TRATOR DA ASSOCIAÇÃO

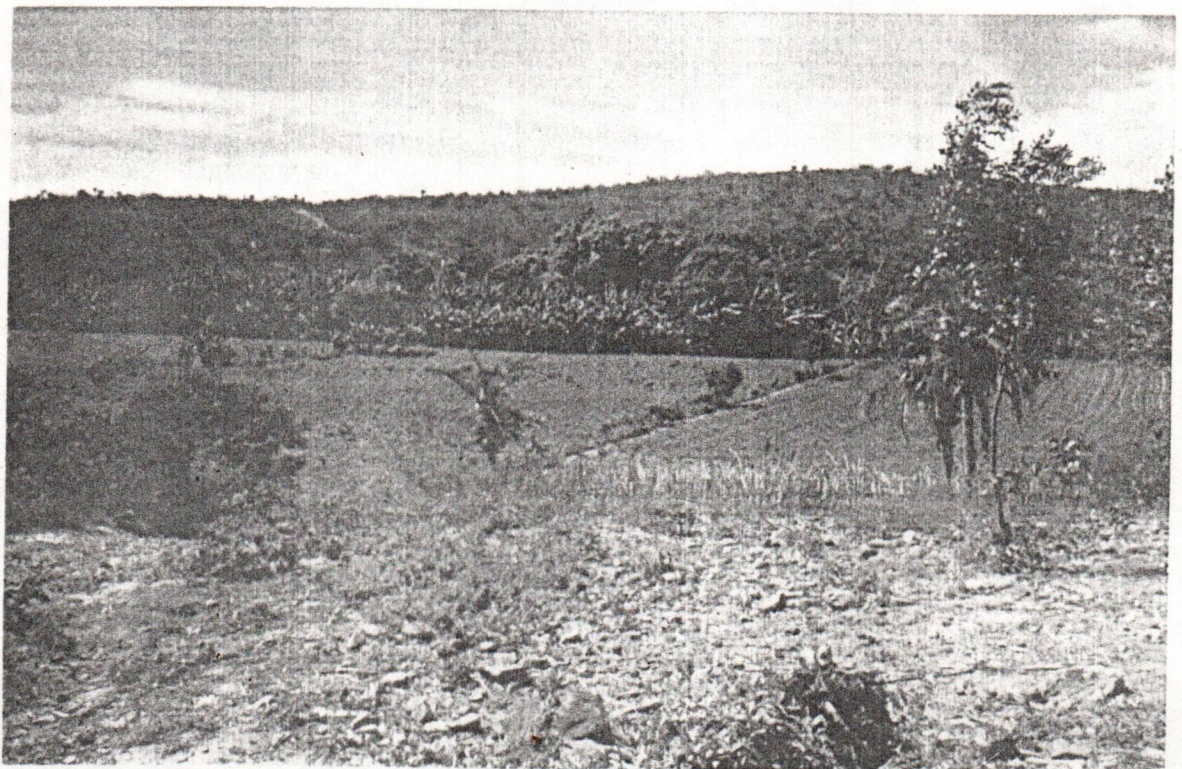


A "LIMPA" DO ALHO





O ROCEIRO DEMONSTRA COMO SE FAZ A TAPAGEM.
A SETA INDICA O CANAL ONDE A ÁGUA PENETRARÁ



PLANTACÃO DE ALHO



VISITA DA ORIENTADORA



A RUA PRINCIPAL



CANAL QUE ALIMENTA AS ROÇAS



FEITA AS TAPAGENS, A ÁGUA PENETRA NAS ROÇAS DA DIREITA



SELEÇÃO PREVIA DO ALHO AINDA NA ROÇA



SELEÇÃO FINAL DO ALHO NO DEPÓSITO



A "ARRANCA"



DIARISTAS TRABALHANDO NA "ARRANCA"



“ APARTANDO ” O ALHO



LIMPANDO “ A BARBA DO ALHO ”

FICHA DO MEEIRO

I - IDENTIFICAÇÃO

1-Nome _____

2-Idade _____ Sexo _____ Religião _____ Cor _____ Ocupação _____

3-Estado civil _____ Escolaridade _____

4-Se mudou de ocupação, preencher o quadro abaixo.

Ocupação	Tempo	Local	Razão da mudança

5-Ocupação: Do pai _____ Da mãe: _____
 Do avô _____ Da avó _____

6-Local de nascimento. _____ () () Zona rural
 () Zona urbana

7-Residencia _____

8-Reside ai há quanto tempo? _____

9-Onde residia antes? _____

10-De onde veio? _____

II-QUADRO FAMILIAR

1-Preencha o quadro abaixo com seus dependentes:

Relação com o entrevistado	Ocupação	idade	Renda	Sexo	Escolari- dade	estado civil

2-Sua esposa tem parentesco com o Sr.? _____

3-Seus filhos casados residem com o Sr.? () Sim () Não

4-Quem educa, decide, sobre os filhos? _____

5-Quem decide sobre os negócios? _____

6-Quem decide sobre as despesas e problemas da casa? _____

III-SITUAÇÃO ECONÔMICA

1-Parceria/ meação _____

Número	Nome	Local	Área

2-Quanto rende a roça por ano? Quantos kilos de alimentos produzem? _____

3-Quais são as sua fontes de renda? _____

4-Tem casa própria? () Sim () Não

5-Tem carro? () Sim () Não

6-Tem animais? Quais?

7- Possui outros bens?Quais?

8-Anotações sobre a moradia:

Nº de comodos _____ material de que é feita _____

Equipamentos domésticos que possui:

Localização da moradia:

Instalações: () Água encanada () Luz () Esgoto

9-A casa sempre foi assim? () Sim () Não

10-Quais as modificações que sofreu?

11-A roça lhe dar lucro? () Sim () Não.Quanto?

12-Já pensou em deixar a vida de meeiro? () Sim () Não

13- Por que?

14-Se deixasse,faria o que?(ocupação)

15- Por que são meeiros?

16-O que pensa da condição de meeiro?

17-Seus pais ou avos foram meeiros? () Sim () Não

18- Qual a relação de parentesco com os proprietários da roça?

19- Qual a ocupação dos filhos?

20-Se não são meeiros,dizer o porque.

FICHA DA ROÇA

I - IDENTIFICAÇÃO

1- Nome da roça.

2- Proprietário.

3- Localização

4- Área da propriedade

5- Quanto tempo está como meeiro nesta propriedade?

6- Data em que adquiriu a meação

7- Como conseguiu esta terra para meação?

8- Tem algum parentesco(ou alguém da família)com o proprietário?

9- Quem organiza o trabalho(administra)a roça?

10- Mantem alguma contabilidade para a roça. () Sim () Não

11- Sempre manteve?

12- Faz depósito em banco? () Sim () Não

13- Faz poupança? () Sim () Não

III - PROCESSO DE TRABALHO DO PLANTIO À COLEITA

1-o Que planta na sua roça? () Alho-tarefa _____

() Tomate-tarefa _____

() Feijão-tarefa _____

() Outros-tarefa _____

2-Tipo de alho que planta:

3- Por que usa este tipo?

4-Quais os tipos usados anteriormente e hoje abandonados?

5- Porque abandonou?

6- Como é feito seu contrato com o proprietário? () Oral () Escrito

7- Que garantias recebe para ficar até o final da colheita?

8- Que garantias fornece ao proprietário?

9- Como acerta a meação?

10- Que recebe do proprietário? () Sementes. () Ferramentas.

() Adubos. () Defensivos agrícolas. () Solo arado. () Outros-citar.

11- A aração é mecanizada ou por tração animal?

12- Quando se inicia o plantio ou colheita do alho?

13- Estas datas são acompanhadas por algum festejo?

14- Todos obedecem estas datas?

15- Porque?

16- Após o plantio do alho planta o que?

17- Sempre cultivou? () Sim () Não

18- Desde quando cultiva?

19- Porque começou a cultivar tais produtos?

20- Divide a meação com alguém? () Sim () Não

21- Em caso positivo, com quem e por que?

22- Qual a parte da meação para esta pessoa?

23- Tem algum parentesco com ela? Qual?

24- Alguem da família já foi meeiro dessa roça?

25- Quem são seus vizinhos meeiros e proprietários? (tem parentesco?)

26- Pplanta para consumo?

27- O proprietario recebe meação destes produtos?

28- Descreva o processo do cultivo do alho

- 29- Houve modificação nos últimos anos na maneira de plantar?
 30- Quais foram as modificações?

- 31- Quando ocorreram?
 32- Quem trabalha na roça?

Nome	Função	Sexo	Parentesco	Salário

33- As famílias dos diaristas ajudam? Sim Não

34- Quem paga os diaristas?

35- Como paga? (de onde vem o dinheiro?)

36- Sempre teve diarista na roça? Sim Não. Por que?

37- Em que época se contrata os diaristas?

38- Troca dias de serviços com o proprietário ou outrem?

39- Quais as etapas que voce e a sua família trabalham?

40- O que fazem?

41- Existe alguma forma de trabalho em grupo? Sim Não

42- Como é?

43- Em que época?

44- Sempre existiu? Sim Não

45- Houve mudança? Qual?

46- Por que?

47- Voce e sua família trabalham para outrem? Sim Não

48- Quem? Existe parentesco? Qual?

49- O que fazem?

50- Por que trabalham?

51-Qual a época?

52-Qual o salário?

53-Sempre trabalharam? () Sim () Não

54-Por que passaram a trabalhar?

55-Desde quando passaram a trabalhar?

56-Quantas vezes sua família lhe ajuda na roça?

57-Quais os instrumentos usados do plantio à colheita?

58-Houve mudança nos instrumentos?Quando ocorreu?

59-Está satisfeito com o sistema de irrigação?Por que?

60-De quais tapagens se serve?

61-Qual o horário da molhação?

62-Quem acerta este horário?

63-O horário é bom para o Senhor?

64-O que acontece se não obedecer ao horário estabelecido?

65-O Sr. já enfrentou algum problema por causa da molhação? () Sim () Não

66-Caso positivo,relatar e dizer como resolveu.

67-Em caso positivo,que tipo de parentesco tinha com a pessoa?

68-Já precisou pernoitar nos locais das tapagens principais? () Sim () Não

Quando?

Por que?

69-E hoje ainda se pernoita? () Sim () Não. Por que?

70-Recorre a Associação AVACAM para lhe ajudar no plantio?Quando e por que?

71-A Associação ajuda aos meeiros? () Sim () Não. Como?

72-Já recoreu a crédito agrícola? () Sim () Não.

73-Recorre a alguma instituição agrícola? () Sim () Não

74-Quando recoreu e por que?

75-Já teve alguma crise agrícola?

76-O proprietário visita a roça? () Sim () Não

77-Em caso positivo,quantas vezes?

78-Quem é responsável pela colheita?

79-Depois a colheita para onde leva seu alho?

80-Como transporta?

81-As despesas de transportes correm por conta de quem?

82-O proprietário acompanha ou manda alguém para acompanhar o transporte?

83-Descreva as pessoas que trabalham com o Sr. nas seguintes etapas:

ETAPA	Nº PESSOAS	PARENTESCO	DURAÇÃO	SALÁRIO
ARRANCA				
LIMPEZA				
AMESTAR				
FARDAR				

84-Quem paga os diaristas nestas etapas?

85-Voce vende sua parte da meação?

() Sim () Não

86-Vende para qualquer pessoa inclusive o proprietário? () Sim () Não

87-Como se faz a comercialização do alho?

88-Como se fazia antigamente?

89-Quando mudou e por que mudou?

90-Já vendeu para outra região ou estado? () Sim () Não

91-Qual? _____ Quando? _____

Por que?

92-Quem paga ao fardador?

93-Quem contrata o fardador?

94-Por que o meeiro não contrata fardador?

95-O Sr. possui criação? () Sim () Não. Quais animais?

96-Sempre teve? () Sim () Não.

97-Quando passou a ter?

98-Qual o uso que faz dos animais

IV - SITUAÇÃO SOCIAL - HISTÓRIA DE VIDA

1-A quem pertencia a Caatinga anteriormente? Conte a história até hoje.

2-Como era a Caatinga do Moura antigamente? O que mudou em relação ao tempo atual?

Ficha do proprietário

I - IDENTIFICAÇÃO

- 1 - Nome _____
2 - Idade _____ Sexo _____ Religião _____ Ocupação _____
3 - Estado civil _____ Escolaridade _____
4 - Se mudou de ocupação alguma vez, preencha o quadro abaixo:

Ocupação	Tempo	Local	Razão mudança

5 - Ocupação dos pais

Ocupação dos avós

- 6 - Local do nascimento _____ () _____ () Zona rural
() Zona urbana
7 - Residência _____ () Jacobina () Caatinga do Moura () Outro
8 - Reside aí há quanto tempo? _____ Onde residia antes?
9 - Por que se transferiu para Jacobina ou C. do Moura?

II - QUADRO FAMILIAR

1 - Dependentes

Parentesco	Ocupação	Idade	Renda	Sexo	Instrução

2 - Tem parentesco com a esposa? () Sim () Não.
Qual? _____

3 - Seus filhos casados residem com você? () Sim () Não. Por que? _____

4 - Onde os filhos trabalham?

5 - Se trabalha em meia, quem é o proprietário da terra?

6 - Quem educa e decide sobre os filhos?

7 - Quem decide sobre as despesas e problemas da casa?

III - SITUAÇÃO ECONÔMICA

1 - Quantas roças possui? Preencha o quadro abaixo:

Número	Nome	Local	Área	Produção

2 - Além de plantar tem criação de grande porte?

3 - tem outras actividades remuneradas? quais?

4 - tem casa própria? () Sim () Nao

5 - tem outras propriedades rurais: () Sim () Nao

6 - Possui trator () Sim () Nao

7 - Possui cacamba () Sim () Nao

8 - Outros bens que possui:

IV - ANOTAÇÕES SOBRE MORADIA

- N de cômodos _____ Material de que é feita _____

- equipamentos domésticos que possui:

- localização da moradia

- instalações: () água encanada () água tratada () luz

() esgoto () Telefone

- A casa sempre foi assim? () Sim () Nao

- Quais as modificações que sofreu?

- Acha que a roça lhe dar lucro: () Sim () Não Quanto? _____

- Já pensou em se desfazer da roça. () Sim () Não.

Quando e por que?

Ficha da propriedade

I - IDENTIFICAÇÃO

1 - Nome da roça

2 - Proprietário

3 - Localizacao

4 - Área total da propriedade

5 - Data em que adquiriu a roça

6 - Adquiriu a roça de quem?

7 - Por qual processo? () Compra () Herança

() Doação

8 - No caso de herança ou doação:

De quem:

Por que:

9 - No caso de compra:

De quem:

Como juntou dinheiro para comprar?

10 - Tem administrador? () Sim () Não

11 - Sempre teve? () Sim () Não

12 - Porque?

13 - Tem meeiro? () Sim () Não

44 - Utiliza o serviço da Associação dos Agricultores? quais?

45 - Gosta dos serviços? Acha que a criação ajuda os agricultores?

46 - Já recorreu a crédito agrícola? () Sim () Não

De quem?

Quando?

Porque?

47 - Recorre a alguma instituição agrícola?

Qual?

Para que?

48 - Quando recorreu?

49 - O que acha do serviço?

50 - Já teve algum problema com sua plantação? () Sim () Não

51 - Já vendeu alguma de suas roças? em caso de sim, a quem e porque?

IV - TRABALHO COLETIVO E TRABALHO FAMILIAR

1 - Troca dias de serviço? () Sim () Não

2 - Sua família e você trabalham em todas as etapas do alho?

3 - O que fazem?

4 - Existe alguma forma de trabalho em grupo?

5 - Como é?

6 - Em que época?

7 - Sempre existiu? () Sim () Não

8 - Houve mudança? Qual?

9 - Por que?

10 - Trabalha outrem? () Sim () Não

11 - Quem?

12 - O que faz?

13 - Por que trabalha?

14 - Tem algum parentesco com essa pessoa?

15 - Qual a época que trabalha?

16 - Qual o salário?

17 - Sempre trabalhou? () Sim () Não

18 - Por que passou a trabalhar?

19 - Desde quando passou a trabalhar?

V - MECANISMOS DE SOCIALIZAÇÃO

1 - Grupos a que pertence

GRUPO	NOME	CARGO	TEMPO	OPINIÃO
RELIGIOSO				
EDUCACIONAL				
DESPORTIVO				
SOCIAIS				
PROFISSIONAIS				

2 - Há festas e reuniões onde encontra amigos e vizinhos?

3 - Que tipo de festa ou reunião?

4 - Onde?

5 - Quando?

6 - Quem participa?

7 - Frequenta igreja? () Católica () Protestante

() Outras

8 - Conhece outras cidades? () Sim () Não

9 - Quais?

10 - Por que viajou?

11 - Quando isto aconteceu?

12 - Se morou em outra cidade, quais e as razões da ida e da volta

13 - Já teve cargo político ou de liderança aqui na Caatinga? () Sim () Não

Qual? Quando? Onde?

14 - Citar amigos mais próximos

15 - Eles tem roças?

16 - Que fazem eles?

17 - Citar 5 pessoas importantes do distrito.

18 - Tem roças? Quantas?

19 - Por que acha que são importantes?

VI - INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE DA CAATINGA

1 - Vai a festas? () Sim () Não

2 - Vai a missa? () Sim () Não

3 - Outra

4 - Lê jornais todos os dias? () Sim () Não

Quais?

5 - Lê revistas? () Sim () Não

Quais?

6 - Ouve rádio?

7 - Vê televisão? O que gosta na televisão?

8 - Tem casa em Jacobina? () Sim () Não

9 - Quantas vezes vai a Jacobina?

10 - Por que?

11 - Como se desloca para Jacobina?

12 - Você acha que seus filhos devem estudar?

Por que?

13 - Seus filhos estudam na Caatinga ou em Jacobina?

Por que?

14 - Quem é o líder político do distrito?

15 - O que acha da Caatinga do Moura?

16 - O que precisa melhorar?

17 - O que falta na Caatinga do Moura?

18 - Qual a sua opinião a respeito de:

- jovens de hoje
- situação política do Brasil
- Jacobina
- Igreja

VII - TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO

1 - Como transporta o alho?

2 - Para onde transporta o alho?

3 - As despesas correm por conta de quem?

4 - Onde vende o alho?

5 - Como se faz a comercialização?

6 - Como se fazia antigamente?

7 - Quando mudou?

8 - Por que mudou?

9 - Já vendeu ou vende para outra região ou estado? () Sim () Não

10 - Qual?

11 - Quando?

12 - Por que?

HISTÓRIA DE VIDA

1-A quem pertencia a Caatinga anteriormente? Conte a história até hoje.

2-Como era a Caatinga do Moura antigamente?O que mudou em relação ao tempo atual?

3-Quando voce adquiriu sua roça?

De quem?

Porque?

4-Quais suas lembranças sobre a Caatinga na sua infancia?

5-Quais os acontecimentos ligados à Caatinga ou as roças que marcaram sua infancia?

6-Neste aspecto,o que mudou entre sua infancia quando voce era rapaz e sua idade atual?Quand mudou?Porque mudou?

7-O que se produzia na Caatinga antes do alho?

8-O que fazia seu pai quando voce era criança?E rapaz?

9-Voce trabalhava com ele na roça?

10-Voce se recorda ter visto ou ouvido falar como era a vida na Caatinga (política)?Quais as pessoas que mais se destacavam?

E sua família?

11-Como era sua propriedade quando voce adquiriu?O que mudou?Porque?

12-Voce se lembra de algum acontecimento com empregado ou meeiro na sua roça?Qual?

13-Como era feita a comercialização antigamente?

14-Como era a irrigação antigamente?

15-Voce se recorda de alguma colenda por causa da água?

16-Qual a diferença entre a situação dos meeiros na época do seu pai e agora?

17-Quais as coisas que voce mais desejou na vida?quais os planos para o futuro?

18-O que desejaria que os filhos fossem?Que fizessem?Quer que eles continuem com as roças?

19-Seus filhos gostam de trabalhar na roça? Se não, porque?Onde trabalham?

20-O que acha da meação?

21-Gostaria que fosse outro tipo de relação de trabalho?

Qual?

Porque?

22-A vida na Caatinga tem mudado?Em que?Como?Porque?Qual a sua opinião sobre as mudanças?

7-¿Qué tipo de problemas se presentan en el trabajo?

8-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida familiar?

9-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida social?

10-¿Qué tipo de problemas se presentan en el trabajo?

11-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida familiar?

12-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida social?

13-¿Qué tipo de problemas se presentan en el trabajo?

14-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida familiar?

15-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida social?

16-¿Qué tipo de problemas se presentan en el trabajo?

17-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida familiar?

18-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida social?

19-¿Qué tipo de problemas se presentan en el trabajo?

20-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida familiar?

21-¿Cómo se relaciona el trabajo con la vida social?